

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PRISCILA CAROLINE GOMES AGUIAR**

**ESTUDO DA ADERÊNCIA DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO RELATO INTEGRADO  
NOS RELATÓRIOS DIVULGADOS PELAS EMPRESAS SUZANO E VALE.**

SÃO LUÍS – MA  
2024.

**PRISCILA CAROLINE GOMES AGUIAR**

**ESTUDO DA ADERÊNCIA DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO RELATO INTEGRADO  
NOS RELATÓRIOS DIVULGADOS PELAS EMPRESAS SUZANO E VALE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Roberto Pinto.

SÃO LUÍS – MA

2024.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Aguiar, Priscila Caroline Gomes.

Estudo da aderência dos princípios básicos do Relato Integrado nos relatórios divulgados pelas empresas Suzano e Vale / Priscila Caroline Gomes Aguiar. - 2024.

54 f.

Orientador(a): Sérgio Roberto Pinto.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Princípios Básicos. 2. Relatório Integrado. 3. Sustentabilidade. I. Pinto, Sérgio Roberto. II. Título.

**PRISCILA CAROLINE GOMES AGUIAR**

**ESTUDO DA ADERÊNCIA DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO RELATO INTEGRADO  
NOS RELATÓRIOS DIVULGADOS PELAS EMPRESAS SUZANO E VALE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em:        /        / 2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Sérgio Roberto Pinto**  
Orientador  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Telma Maria Ferreira Chaves da Silva  
Membro da Banca  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Niara Gonçalves da Cruz  
Membro da Banca  
Universidade Federal do Maranhão

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais que acreditam na importância da educação e sempre a trataram como prioridade no decorrer da minha trajetória de vida. Estruturando, apoiando e incentivando, mesmo quando as adversidades se mostraram mais resistentes.

Às minhas filhas Giana Beatriz e Giullia Maria, que talvez não saibam, mas são minhas fontes de força e perseverança. E ao meu companheiro Gilson.

Aos professores que colaboraram para o conhecimento adquirido ao longo do curso, em especial ao professor orientador Sérgio Roberto e à professora Maria Eugênia, os quais contribuíram para a conclusão desse trabalho.

Aos amigos Lucas e Juan e, às amigas Lourdes, Valquíria, Marilya, Natália e Weyllana pelas experiências vividas na universidade, aos conhecimentos compartilhados e as palavras de incentivo.

“Nada ocorre na natureza de forma isolada. Cada fenômeno afeta outro e é, por seu turno, influenciado por este” (Engels, 1876).

# ESTUDO DA ADERÊNCIA DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO RELATO INTEGRADO NOS RELATÓRIOS DIVULGADOS PELAS EMPRESAS SUZANO E VALE.

## RESUMO

Com o propósito de mitigar as fragilidades na preparação dos relatórios que apresentavam as informações financeiras às informações de cunho social e ambiental, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) elaborou a Estrutura Internacional para Relato Integrado, baseada em princípios. Este estudo teve como objetivo identificar aderência aos princípios básicos do *Framework* do Relatório Integrado nos relatórios de Sustentabilidade e Relato Integrado divulgados por duas empresas de capital aberto –Suzano S.A e Vale S.A. – nos anos de 2021 e 2022. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando-se de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, denominada análise de conteúdo. Como meio de possibilitar a pesquisa, escolheu-se elaborar uma lista de verificação (*checklist*) para identificar os princípios do *Framework* do Relato Integrado. Observou-se que entre os quatro relatórios analisados, apenas um não foi identificado o princípio da Concisão. Os relatórios selecionados para análise demonstraram de forma geral, aderência aos princípios, mas não conseguem reportar de maneira eficiente sua estratégia organizacional, no uso e impacto de seus capitais, com orientação futura.

Palavras-chave: Relatório Integrado – Princípios Básicos - Sustentabilidade

# **STUDY OF ADHERENCE TO THE BASIC PRINCIPLES OF INTEGRATED REPORTING IN THE REPORTS PUBLISHED BY SUZANO AND VALE.**

## **ABSTRACT**

In order to mitigate weaknesses in the preparation of reports that presented financial information with social and environmental information, the International Integrated Reporting Council (IIRC) developed the principles-based International Framework for Integrated Reporting. The objective of this study was to identify adherence to the basic principles of the Integrated Reporting Framework in the Sustainability and Integrated Reporting reports disclosed by two capital companies– Suzano S.A. e Vale S.A – in 2021 and 2022. This is a descriptive research, with a qualitative approach, using bibliographic and documentary research techniques, called content analysis. As a means of enabling the research, it was decided to develop a checklist to identify the principles of the Integrated Reporting Framework. It was observed that among the four reports analyzed, only one did not identify the principle of conciseness. The reports selected for analysis generally demonstrated adherence to the principles, but are unable to efficiently report their organizational strategy, the use and impact of their capital, with future guidance.

Keywords: Integrated Reporting – Basic Principles – Sustainability

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Processo de geração de valor .....	23
Figura 2 - Mapa Hidrelétricas.....	30
Quadro 1 - Capitais e definições.....	22
Quadro 2 - Princípios Básicos .....	23
Quadro 3 - Elemento de Conteúdo .....	25
Quadro 4 - Checklist: Identificação dos Princípios Básicos - Vale .....	32
Quadro 5 - Checklist: Identificação dos Princípios Básicos - Suzano .....	39

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Adaptação à Estrutura Internacional para o RI.....	37
Tabela 2 - Adaptação à Estrutura Internacional para o RI.....	44
Tabela 3 - Adaptação à Estrutura Internacional para o RI.....	45

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IASB - *International Accounting Standards Board*

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

IIRC - *International Integrated Reporting Council*

RI - Relato Integrado

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

EUA – Estados Unidos da América

ONU - Organização das Nações Unidas

PG - Pacto Global

GC - Governança Corporativa

AECA - *Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas*

GRI - *Global Reporting Initiative*

CVM - da Comissão de Valores Mobiliários

ONGs – Organizações não governamentais

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

PIB - Produto Interno Bruto

IDH – Índice de desenvolvimento humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

PCHs - Centrais Hidrelétricas Próprias

MG - Minas Gerais

UHE – Usina hidrelétrica

PA - Pará

ISSB - *International Sustainability Standards Board* relatos

MA - Maranhão

EFC - Estrada de Ferro Carajás

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
2.1	Responsabilidade Social Corporativa .....	14
2.1.1	Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável .....	14
2.1.2	Responsabilidade Social Corporativa e a Teoria dos <i>Stakeholders</i> .....	16
2.2	Relatórios de Sustentabilidade .....	18
<b>2.3</b>	<b>Relato Integrado</b> .....	<b>19</b>
2.3.1	Criação do IIRC .....	19
2.3.2	Criação do Relato Integrado .....	20
2.3.3	Estrutura Conceitual – Conceitos Fundamentais .....	21
2.3.4	Estrutura Conceitual – Princípios Básicos .....	23
2.3.5	Estrutura Conceitual – Elementos de Conteúdo .....	25
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>26</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>29</b>
4.1	Relato Integrado - Vale S.A. ....	29
4.1.1	Apresentação da empresa .....	29
4.1.2	Análise dos Relatos Integrados 2021 e 2022.....	31
4.1.3	Comparação entre o RI 2021 e RI 2022 .....	37
4.2	Relato de Sustentabilidade - Suzano S.A. ....	38
4.2.1	Apresentação da empresa .....	38
4.2.2	Análise do Relatório Anual 2021 e Relatório de Sustentabilidade 2022.....	39
4.2.3	Comparação entre o Relatório Anual 2021 e Relatório de Sustentabilidade 2022.....	43
4.2.4	Comparação entre os Relatórios Vale S.A. e Suzano S.A. ....	45
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade acompanhou as mudanças referentes aos acontecimentos históricos, econômicos, sociais e políticos e enquanto uma ciência social requer profissionais alinhados às dinâmicas do mercado atual (PELEIAS et al., 2007). Embora, a finalidade das Ciências Contábeis permaneça, desde seu fundamento, demonstrar e informar aos usuários dados relevantes em suas elaborações financeiras (IUDÍCIBUS et al., 2022).

Com a globalização se fez necessário padronizar as informações financeiras e harmonizá-las às normas internacionais, buscando uniformidade, redução de custos, promoção do mercado, com eficiência e eficácia para as organizações (AGOSTINI; CARVALLO, 2011).

Nesse processo de internacionalização das normas contábeis, os países ordenaram suas normas ao modelo do Conselho Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board* – IASB) ou o Conselho de Normas de Contabilidade Financeira (*Financial Accounting Standards Board* – FASB), considerando uma estrutura conceitual pautada em características qualitativas (capacidade preditiva e valor de feedback), objetivando informações mais úteis aos diversos usuários dos relatórios elaborados (CEPÊDA; MONTEIRO, 2020).

A globalização dos mercados impulsionou atuantes da área contábil a se adaptarem às novas mudanças em termos de normatização e prática, assim como, em conceitos e objetivos (CEPÊDA; MONTEIRO, 2020) e diante dessa conjuntura, as normas e os relatórios especificamente de cunho econômico e financeiro podem ser insuficientes no processo de tomada de decisões dos investidores (ALBUQUERQUE; LIMA; RODRIGUES, 2022).

Desde o final do século XX, as organizações passaram a elaborar, além das tradicionais demonstrações contábeis, relatórios referentes aos aspectos econômicos, sociais e ambientais (NASCIMENTO et al., 2015). As publicações de informações financeiras e não financeiras mostram-se extensas e prolixas (ALBUQUERQUE; LIMA; RODRIGUES, 2022), revelando ausência de clareza e concisão, características fundamentais para orientar os *stakeholders* (ECCLES; KRZUS, 2011 apud NASCIMENTO et al., 2015).

Com o intuito de atenuar as fragilidades na preparação dos relatórios que apresentavam as informações não financeiras (FREIRE; FREITAS, 2017), o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), constituído em 2010, elaborou a estrutura conceitual do Relato Integrado (RI), o *Framework 1.0*, referente ao processo de geração de valor ao longo do tempo de forma integrada pelas organizações (MARIA; D'ANGELO; BORGERTH, 2022), com uma abordagem baseada em princípios (IIRC, 2013).

A discussão sobre definições de padrões, regulamentações, formulações de políticas acerca das informações não financeiras vem contribuindo para o aumento das pesquisas contábeis sobre as divulgações que extrapolam os dados publicados unicamente sobre a situação financeira da empresa, tencionando mais assertividade na prática (MIO, 2020), mas ainda observa-se limitações no interesse por debater a temática, justificadas pela recente definição do Relato Integrado e processo de adesão ao RI ser diferenciado para cada empresa. (SLEWINSKI; CAMACHO; SANCHES, 2015).

Grande parte do volume dessas pesquisas dedica-se aos conceitos apresentados por esse modelo conceitual e na perspectiva qualitativa das informações relatadas com base nas sugestões da estrutura internacional do IIRC e recomendações futuras sobre a aplicabilidade do modelo conceitual para o exame da comunicação holística e coesa sobre geração de valor (SLEWINSKI; CAMACHO; SANCHES, 2015).

A partir da metodologia descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando-se de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, questiona-se quanto a concordância aos princípios básicos do RI, em relatórios intitulados de Sustentabilidade e Relato Integrado.

Este trabalho tem por objetivo identificar aderência aos princípios básicos do *Framework* do RI nos Relatórios de Sustentabilidade e Relato Integrado, respectivamente divulgados pelas empresas Suzano S.A. e Vale S.A.

A escolha do tema foi encorajada pela relevância da discussão do Relato Integrado em relação a dinâmica contemporânea da utilidade das informações integradas e o posicionamento do profissional contábil às propostas desse documento, apresentado como inovador.

O ainda baixo quantitativo de trabalhos publicados sobre o tema também motiva a tentativa de reflexões acerca do RI, visando expandir os debates no meio acadêmico, destacando a relevante necessidade de engajamento de alunos, pesquisadores, professores com questões atuais do meio organizacional.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Responsabilidade Social Corporativa

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é um tema bastante difundido entre as empresas no mercado de ações, pois, é uma exigência dos investidores, cujas práticas e políticas empresariais desenvolvidas vêm mudando a opinião pública e de acadêmicos. Para tanto, sabe-se, que a procedência da literatura sobre RSC, se deu nos EUA, o surgimento da moderna corporação trouxe também preocupações éticas sobre a sua gestão, tanto que, no final do século XIX, surgem os primeiros relatos documentados sobre o questionamento das relações entre a empresa e a sociedade (ACQUIER; AGGERI, 2015).

Bowen (1953) por meio de seus estudos foi quem despertou interesse sobre a temática, que a conceituou como uma obrigação do empresário, pois as corporações impactam a vida dos cidadãos em variados aspectos e, assim, entende-se que há uma incumbência moral imposta aos gestores empresariais para que adotem práticas virtuosas e desejáveis de acordo com os valores presentes no contexto social em que a firma está inserida.

As práticas de RSC, atualmente, fazem parte das principais inquietações dos governos, das populações e dos responsáveis pela gestão das organizações. Assim, as práticas de RSC compõem as orientações, com vistas ao aprimoramento, para agir numa sociedade globalizada (WÜNSCH; MOROSINI, 2021).

#### 2.1.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, estudiosos debateram sobre o crescimento e desenvolvimento econômico, e as consequências da produção industrial das grandes nações como o desequilíbrio ecológico, instabilidade econômica e a insegurança do planeta (FEIL; SCHREIBER, 2017) e essas questões serviram de pano de fundo para a concepção do desenvolvimento sustentável, para equilibrar os limites do crescimento e a necessidade de desenvolvimento (MITCHAM, 1995, apud FEIL; SCHREIBER, 2017).

De acordo com o exposto por Baldissera e Mourão (2015), com pesquisas publicadas sobre as preocupações do desenvolvimento tecnológico e as suas implicações na natureza, qualidade e continuidade da vida, a partir dos anos de 1960, o termo sustentabilidade é concebido, mas apenas na década de 1980 é utilizado pela Organização das Nações Unidas

(ONU), atingindo notoriedade com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92.

Na Conferência Rio+10, realizada na África do Sul, foi definido que o desenvolvimento sustentável possui uma base de formação de três linhas essenciais - *triple bottom line* – ou seja, concebido pelas perspectivas ambiental, social e econômica (FEIL; SCHREIBER, 2017). Para Baldissera e Mourão (2015), o tripé apresentou-se como uma simplificação conceitual de sustentabilidade e não necessariamente desenvolve a ideia de equilíbrio entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e conservação ambiental, mas surge para atender as demandas de alguns públicos interessados em informações acerca do assunto, como resposta às pressões ambientalistas e aos possíveis problemas expostos pela mídia quanto a danos e crimes ambientais.

Após estudos, catástrofes, acidentes e crises (como a crise de água no Brasil) ambientais no início do século XXI, o termo sustentabilidade revela a necessidade de ir além, por uma perspectiva de um sistema interdependente, forçando mudanças estruturais, culturais e comportamentais, contrapondo a lógica tecnológica em sobreposição à natureza, mantida pelo *triple bottom line*, em uma estrutura econômica-desenvolvimentista (BALDISSERA; MOURÃO, 2015).

Para Feil e Schreiber (2017), além da inconsistência e elevado grau de ambiguidade, o termo sustentabilidade traz um entendimento inconcluso dos problemas relacionados a pobreza, degradação ambiental e papel do crescimento econômico, mas é consensual a ideia de equilibrar as necessidades do ser humano e o meio ambiente, e entender a complexidade de suas interações.

Diante da amplitude de definições, pode-se conceituar sustentabilidade como um nível de qualidade do sistema ambiental humano, considerando as evoluções temporais de aspectos ambientais, econômicos e sociais. (FEIL; SCHREIBER, 2017). A sustentabilidade aparece como uma mudança estrutural da sociedade, uma resposta responsável e partilhada, à qual as empresas devem integrar, pois são causadoras de expressivos impactos (BALDISSERA; MOURÃO, 2015).

Dessa forma, para Feil e Schreiber (2017) o desenvolvimento sustentável pode ser conceituado como uma estratégia (integração de aspectos ambientais, sociais e econômicos em equilíbrio mútuo) utilizada em longo prazo para melhorar a qualidade de vida da sociedade e assim possibilitando mudanças no comportamento da humanidade.

### 2.1.2 Responsabilidade Social Corporativa e a Teoria dos *Stakeholders*

Como citado por Rodrigues e Costa (2013), o Pacto Global (PG) da Organização das Nações Unidas (ONU) surgiu no final da década de 90, século XX, frente às preocupações com os efeitos da crescente globalização e no intuito de estimular o envolvimento de vários agentes em relação a sustentabilidade e inclusão, buscando o compromisso das empresas com os problemas advindos dessa conjuntura em coparticipação com a esfera público-estatal.

O tema da responsabilidade socioambiental vem ganhando força e espaço a nível das empresas e da sociedade, assim, as empresas vem firmando o PG/ONU para definir parâmetros de avaliação e aferição para a responsabilidade assumida. Normas e princípios internacionais como a ISO 14.000, a AA 1.000, a SA 8.000, a OHSAS 18.000, a NBR 16.0001 e a ISO 26000 foram criadas para incentivar a gestão sustentável das organizações (RODRIGUES; COSTA, 2013).

A responsabilidade social corporativa (RSC) refere-se às interações da organização com funcionários, fornecedores, clientes, acionistas, governo, concorrentes, meio envolvente e comunidade, além da preocupação em gerar emprego ou com os lucros para os sócios (RODRIGUES; COSTA, 2013). Para McGuire (1963, apud ALMEIDA; SANTOS, 2014), o conceito de responsabilidade social para as empresas extrapola as obrigações econômicas e legais, pois estas possuem, também, responsabilidades para com a sociedade.

Os autores Rodrigues e Costa (2013) apresentam uma subdivisão em quatro categorias para a responsabilidade social corporativa: econômica (lucros para acionistas), legal (observância das leis), ética (comportamentos esperados mesmo que não sejam regulamentados) e discricionária (ação voluntária que não se encontra prevista em nenhuma das outras modalidades de responsabilidade social).

Embora perceba-se avanços no campo acadêmico e gerencial, não é possível definir precisamente sobre responsabilidade social corporativa. Uma das abordagens mais utilizadas para se problematizar e diagnosticar a RSC é através da teoria dos *stakeholders* e, no contexto da concorrência e complexidade, as estratégias baseadas nos interesses dos *stakeholders* são fundamentais para sobrevivência das empresas. (ALBUQUERQUE FILHO et al., 2019). *Stakeholders* é um conceito utilizado para definir os públicos de interesse das organizações, de modo que as estratégias organizacionais sejam elaboradas considerando qualquer grupo ou indivíduo que é afetado ou pode afetar a realização dos objetivos de uma organização (FREEMAN et al., 2010).

Grande parte dos estudos publicados sobre a aplicação da teoria dos *stakeholders*, desde 1984, agruparam-se em torno de quatro subcampos: teorias normativas de negócios; governança corporativa e teoria organizacional; responsabilidade e desempenho social corporativo e, gestão estratégica (FREEMAN; MCVEA, 2001).

A abordagem da governança corporativa relacionada às partes interessadas – *stakeholders* - surge do contraste entre a visão tradicional de que é dever fiduciário da administração proteger os interesses dos acionistas – *shareholders* - e a visão de que a administração deve tomar decisões para o benefício de todas as partes interessadas – *stakeholders* (FREEMAN; MCVEA, 2001). A governança corporativa está intimamente relacionada à teoria dos *stakeholders* (FREEMAN et al., 2010).

Estruturas internas que propiciem instrumentos de governança eficazes aumentam a confiança do investidor externo (MILANI FILHO, 2008). Boas práticas de governança conferem maior proteção aos *stakeholders*, garantem maior transparência e confiabilidade e ampliam a abrangência da RSC, dessa forma, as empresas com maior governança estão propensas a ser mais socialmente responsáveis (ALBUQUERQUE FILHO et al., 2019).

Ao analisar a influência da GC e o nível de expansão internacional das empresas na responsabilidade social corporativa, quanto ao cenário de países categorizados como emergentes, como é o exemplo do Brasil, espera-se que os *stakeholders* sejam extremamente sensíveis a qualquer ação social das empresas devido às carências nas mais diversas áreas, propiciando insegurança quanto às práticas comerciais e pressão das partes interessadas em relação a informações mais robustas sobre a conduta das empresas oriundas de países com nível mediano de desenvolvimento econômico (ALBUQUERQUE FILHO et al., 2019).

Os princípios da RSC e a teoria dos *stakeholders* encontram-se quanto a ampliação das obrigações das empresas para além da esfera econômica tradicional (FREEMAN et al., 2010). Kraemer (2005), com base na divulgação de 2004, da *Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas* – AECA, cita que a transparência, materialidade, verificabilidade, visão ampla, melhoria contínua e natureza social da organização são princípios orientadores da RSC com definição e aplicação coerentes ao conceito e aos objetivos da responsabilidade social corporativa e às necessidades dos grupos de interesses.

O princípio da transparência é um elemento básico da RSC e refere-se ao acesso à informação que a organização disponibiliza sobre seu comportamento social, tendo a comunicação, instrumento essencial, realizada por meio da divulgação de relatórios; enquanto a materialidade parte do pressuposto que a organização saiba das necessidades e expectativas das partes interessadas na tomada de decisões, afrontando todas as dimensões da RSC, todas as

suas atividades e impactos diretos e indiretos, mantendo um fluxo de relação com os grupos interessados para manter o conhecimento do que é ou não material (KRAEMER, 2005).

As atuações socialmente responsáveis da organização devem se submeter a uma verificação externa e tal como a transparência, a verificabilidade é necessária para garantir nível adequado de credibilidade, assim exemplificando, o relatório final de auditoria independente pode proporcionar indícios sobre a verificabilidade das atuações (KRAEMER, 2005).

A organização deve centrar seus objetivos de RSC no contexto de sustentabilidade mais amplo possível, determinando os impactos a nível macroeconômico, referenciando à ideia de gestão continuada, que tem por objetivo principal a sobrevivência da organização. (KRAEMER, 2005).

A RSC está estabelecida na imagem e no reconhecimento da natureza social das organizações como valor que prevalece sobre qualquer outra consideração do tipo econômico ou técnico, pois as estratégias de RSC pretendem assegurar que a organização se estrutura sobre a base de sua natureza social e não sobre valores de índole estritamente técnica-econômica (KRAEMER, 2005).

A busca por novos recursos, configurações tecnológicas e técnico-produtivas, assim como, reformular e reavaliar suas estratégias, modelos de gestão, filosofias e políticas em concordância com o entorno é imprescindível para as organizações no século XXI e, passam a incorporar ao seu processo de gestão a noção de responsabilidade social (RODRIGUES; COSTA, 2013).

## **2.2 Relatórios de Sustentabilidade**

Em 1997 foi criada a *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização não governamental, sem fins lucrativos, sediada em Amsterdã, composta por consultores multidisciplinares distribuídos por todo o mundo, com o propósito de desenvolver diretrizes com indicadores globais e princípios para determinar o conteúdo e o processo de elaboração do relatório de sustentabilidade, teve sua primeira versão em 1999 e o último lançamento, GRI-G4, em 2013 (BALDISSERA; MOURÃO, 2015).

Os relatórios com base no padrão GRI para assegurar o conteúdo seguem os princípios de inclusão de *stakeholders*, contexto da sustentabilidade, materialidade e completude; quanto a garantia da qualidade do relatório, as orientações são pautadas no equilíbrio, comparabilidade, exatidão, tempestividade, clareza e confiabilidade. (BALDISSERA; MOURÃO, 2015).

Antes da GRI, as organizações reportavam suas práticas de sustentabilidade pela publicação de balanços sociais, evidenciando a fragilidade quanto a promoção de diálogos e reflexões acerca do tema com os diferentes grupos de interesses (BALDISSERA; MOURÃO, 2015). A GRI mantém um conjunto de normas e metodologias (GRI *standards*), adotadas por 74% das empresas que publicam relatórios com informações relacionadas à sustentabilidade (referência de último relatório publicado em 2021) (LOBATO; NEIVA, 2022).

Na América Latina, e na maioria dos países do mundo, as empresas apresentam relatórios de sustentabilidade e similares baseados nas diretrizes GRI e de maneira voluntária (MACIAS; FICCO, 2023). No Brasil, os padrões da GRI também são adotados voluntariamente pelas empresas, basicamente as de capital aberto, em decorrência de possível associação da ideia de sustentabilidade como estratégia e valor de mercado, refletida em indicadores macroeconômicos nas Bolsas de Valores (BALDISSERA; MOURÃO, 2015).

Em 2022, resultante da fusão das três organizações *International Integrated Reporting Council* (IIRC), *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB), o *International Sustainability Standard Board* (ISSB) foi criado, como órgão definidor de padrões de sustentabilidade, visando unificar os critérios de sustentabilidade que as empresas utilizarão nos seus relatórios anuais e voltado para a pretensão da mudança do caráter da divulgação de informações não financeiras para obrigatório. (MACIAS; FICCO, 2023)

No Brasil, de acordo com a Resolução N° 193/2023 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (CVM, 2023), fica estabelecido, em caráter voluntário, a elaboração e divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, pelas companhias de capital aberto, fundo de investimento e companhias securitizadoras, em exercícios sociais iniciados a partir de 1° de janeiro de 2024 e pautadas nas diretrizes internacionais do ISSB; e a partir dos exercícios sociais iniciados em 1° de janeiro de 2026, deverão elaborá-los e divulgá-los em caráter obrigatório e baseados no ISSB.

## **2.3 Relato Integrado**

### **2.3.1 Criação do IIRC**

Em 2004, o então Príncipe de Gales, fundou a organização sem fins lucrativos, *The Prince's Accounting for Sustainability Project* (O Projeto de Contabilidade para Sustentabilidade do Príncipe), Projeto “A4S” (CARVALHO; KASSAI, 2014). Inicialmente o A4S estabeleceu modelos de integração, inserindo a pauta sustentabilidade às estratégias da

empresa, reagindo a mudança de mentalidades, fonte de informação, processos de tomada de decisão, posteriormente propôs projetos com a finalidade de alterar o modelo de negócios que levariam em consideração a flexibilidade e sustentabilidade econômica (ROBERTO MANTOVANI et al., 2017).

Em 02 de agosto de 2010, conforme comunicado emitido pelo Projeto A4S, foi criado oficialmente o *International Integrated Reporting Council* - IIRC, conjuntamente com o GRI, como uma aliança global de reguladores governamentais, investidores, empresas, organismos de normatização, representantes do setor contábil, auditorias, ONGs, universidades etc. (CARVALHO; KASSAI, 2014). O IIRC surge para regulamentar a estrutura dos relatos integrados quando adotados pelas empresas (ROBERTO MANTOVANI et al., 2017).

### 2.3.2 Criação do Relato Integrado

Em 2013, o IIRC lançou a Estrutura Internacional para Relato Integrado estabelecida pelo *Framework 1.0.*, orientações e conteúdos principiologicos para as organizações (KASSAI et al., 2023a). O IIRC pretende com a estrutura internacional de RI impulsionar uma maior inovação no relato corporativo global, aumentando a eficiência do próprio processo de relatar (IIRC, 2013).

O Relato Integrado apresenta-se como proposta de integração sucinta de informações financeiras e não financeiras, sobre como a estratégia, a governança, o desempenho, o seu ambiente externo e a postura diante das externalidades contribuem para a redução de riscos e o aumento do valor da empresa (CARVALHO; KASSAI, 2014). O RI destaca-se por ser um relato conciso e objetivo e não substitui o relatório de sustentabilidade ou outros relatórios corporativos (KASSAI et al., 2023) e, diferentemente de outros, não é um componente adicional, mas sim uma conexão e reunião de diferentes componentes dos relatórios corporativos, um documento geral e holístico (MIO, 2020).

Entre reflexões sobre o que diferencia o RI dos relatórios orientados pelas diretrizes GRI ou outros relatórios corporativos observa-se a proposta do pensamento integrado, para além do compartilhamento do conhecimento da empresa e de seus aspectos globais, ou da qualidade de viverem juntos e partilharem mutuamente das informações (KASSAI et al., 2023). O pensamento integrado é a consideração efetiva que uma organização dá para as relações que mantém com as diversas unidades operacionais e funcionais, bem como os capitais que usa ou afeta; levando à tomada de decisão integrada e observando a conectividade e as

interdependências entre uma cadeia de fatores que afetam a capacidade de uma organização de gerar valor ao longo do tempo (IIRC, 2013).

### 2.3.3 Estrutura Conceitual – Conceitos Fundamentais

O propósito da estrutura conceitual do RI é estabelecer os princípios básicos e elementos de conteúdo que orientam a elaboração de um relatório integrado, e explicar os conceitos fundamentais que os sustentam (IIRC, 2013). A estrutura de RI exige sobre a divulgação de informações o modelo de negócios, o sistema escolhido de insumos, atividades, produtos e resultados com o objetivo de criar valor. (MIO, 2020).

A estrutura conceitual, enquanto abordagem principiológica, tem a intenção de equilibrar a flexibilidade e a imposição, não deixando de reconhecer a variedade de situações que as organizações apresentam, e que ao mesmo tempo permita um grau suficiente de comparabilidade entre organizações para atender a importantes necessidades de informação. (IIRC, 2013, p. 7).

O *Framework*, embora seja uma proposta flexível de relatório, instrui que as informações organizadas no relatório considerem nível de razoabilidade na aplicação dos princípios básicos e elementos de conteúdo, vinculados uns aos outros e não são mutuamente excludentes (IIRC, 2013).

Um relatório integrado deve incluir, de acordo com a estrutura conceitual, uma declaração dos responsáveis pela governança, reconhecendo sua responsabilidade na garantia da integridade do relatório, ou, citar o papel desempenhado pelos responsáveis, na confecção e na apresentação do RI, mencionando o que está sendo feito para incluir tal declaração em relatórios futuros e o prazo para fazê-lo (IIRC, 2013, p. 9).

O *International Financial Reporting Standards* - IFRS expõe que os objetivos do RI têm como suporte o pensamento integrado, com o foco na entrega de uma melhor qualidade da informação, com abordagens coesas e na comunicação dos vários fatores envolvidos na geração de valor ao longo do tempo, ressaltando a interdependência entre capitais (Integrated Reporting, 2023).

Os conceitos fundamentais apresentados no *Framework* sustentam e reforçam as exigências e as orientações do modelo de RI proposto e são eles geração de valor, processo de geração de valor e capitais, cuja ideia de valor é criada por um conjunto de possibilidades internas e externas às organizações, oriundo das relações com as partes interessadas (IIRC, 2013).

O conceito de capitais é desenvolvido no documento conceitual como repositórios de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de ações e produtos da organização, em um estoque dinâmico, com um fluxo constante a depender das mudanças ocorridas entre e nos próprios capitais (IIRC, 2013). O quadro 1 mostra quais são esses capitais citados pela estrutura:

Quadro 1 - Capitais e definições

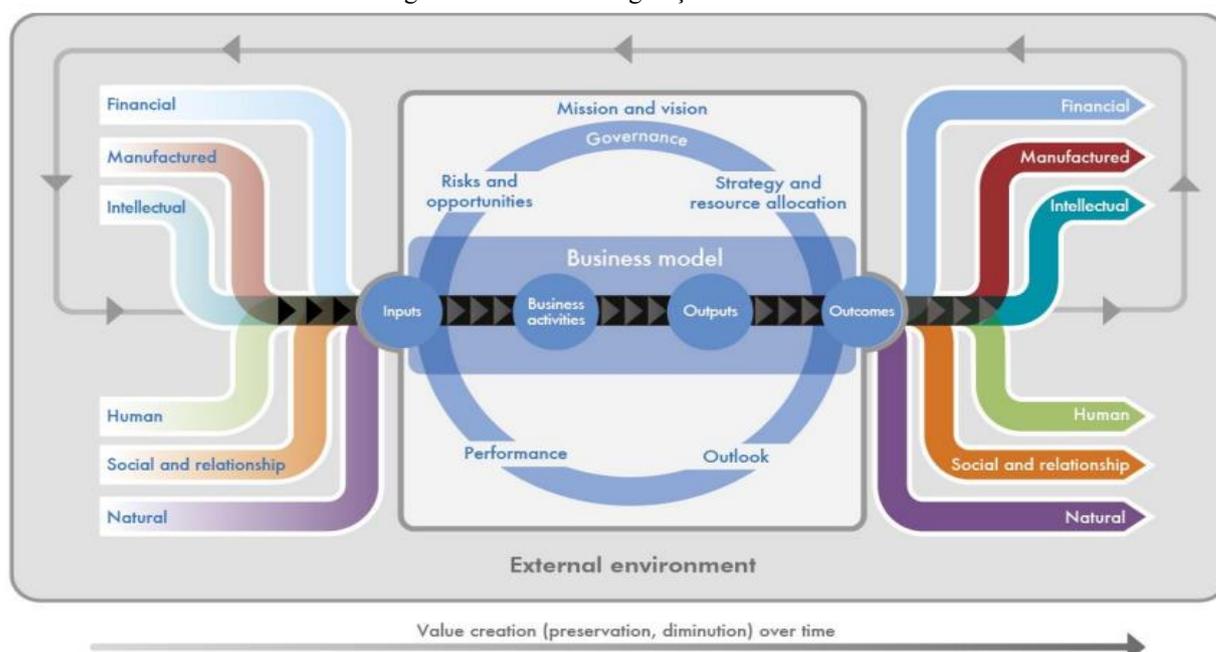
<b>Capital</b>	<b>Definição</b>	<b>O que?</b>
<b>Financeiro</b>	Conjunto de recursos disponível para a produção de bens ou prestação de serviços, obtido por meio de financiamentos, tais como dívidas, ações ou subvenções, ou gerado por meio de investimentos.	Ativo circulante líquido: ganhos de caixa, ações, títulos, fundos de investimento.
<b>Manufaturado</b>	Objetos físicos manufaturados, que se diferenciam dos objetos naturais, para uso na produção de bens ou na prestação de serviços. Mesmo quando gerado por outra organização, mas inclui ativos fabricados pela organização relatora para venda ou uso próprio.	Ativo imobilizado: maquinário, ferramentas, imóveis, infraestrutura (pontes, estradas, portos...).
<b>Intelectual</b>	Intangíveis organizacionais baseados em conhecimento.	Propriedade intelectual (patentes, direitos autorais, software, direitos e licenças). Capital organizacional (conhecimento tácito, sistemas, procedimentos e protocolos).
<b>Humano</b>	Competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar (alinhamento e apoio à estrutura de governança, gerenciamento de riscos e valores éticos, desenvolvimento, implementação, processo de cognição às estratégias organizacionais, motivação e colaboração nas rotinas administrativas.	Funcionários.
<b>Social e de relacionamento</b>	As instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes, e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo, abrangendo padrões compartilhados, valores e comportamentos comuns e, a confiança e compromisso que uma organização estabelece com os interessados externos.	Intangíveis associados com a marca e reputação desenvolvidas por uma organização e, licença social para funcionamento.
<b>Natural</b>	Recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que subsidiam bens ou serviços que apoiam a riqueza passada, presente e futura de uma organização.	água, terra, minerais e florestas, a biodiversidade e a qualidade do ecossistema.

Fonte: Estrutura internacional conceitual de RI (IIRC, 2013) (Adaptado).

O processo de geração de valor é explicado no documento guia da seguinte forma: os capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento, natural) são utilizados como *inputs* (fatores de produção) e a partir das atividades da organização (planejamento, *design*, fabricação de produtos, habilidades e conhecimento na prestação de serviços) são transformados em produtos (produtos, serviços, subprodutos e resíduos), *outputs*.

As atividades e os produtos da organização levam a impactos e efeitos sobre os capitais (IIRC, 2013). A Figura 1 demonstra a exposição do processo de criação de valor pelo *Framework*:

Figura 1 - Processo de geração de valor



Fonte: Estrutura Internacional para Relato Integrado (IIRC, 2013).

### 2.3.4 Estrutura Conceitual – Princípios Básicos

Os princípios básicos norteiam a elaboração e apresentação de um relatório. Tais princípios são aplicados individualmente e coletivamente para fins de preparação e apresentação de um RI, dessa forma, a estrutura internacional orienta para uma aplicabilidade sensata, principalmente quando houver tensão entre eles (por exemplo, entre a concisão e a completude) (IIRC, 2013, p. 16). O quadro 2 exhibe quais são e suas definições:

Quadro 2 - Princípios Básicos

Princípio	Definição	Como Alcançar
<b>Foco estratégico e orientação para o futuro</b>	O RI deve apresentar a visão estratégica da organização e a relação que esta tem com a capacidade de gerar valor, utilizando os capitais e como podem sofrer impactos. O foco estratégico e a orientação para decisões futuras direcionam os usuários a conectar as observações contínuas sobre disponibilidade, qualidade e acessibilidade de seus capitais e a contribuição quanto a aptidão da organização em alcançar seus objetivos futuros e em gerar valor.	Não se limita aos elementos de conteúdo: estratégia e alocação de recursos e, perspectivas; Inclui: riscos, oportunidades e dependências significativas decorrentes da posição de mercado e do modelo de negócios; Observar opiniões de encarregados sobre desempenho passado e futuro; Equilíbrio de interesses e aprendizado com experiências anteriores para determinar direções estratégicas futuras.

<b>Conectividade da informação</b>	O Relato Integrado é baseado no “aspecto holístico” da comunicação, da interrelação e das dependências entre os fatores no processo de geração de valor da organização. O pensamento integrado deve ser implantado nas atividades organizacionais e não apenas como requisito para relatar aos usuários os resultados obtidos. Assim, torna-se um facilitador para análise e tomada de decisão gerencial.	Relacionar os elementos de conteúdo com as interações dinâmicas e sistêmicas na totalidade; Oferecer razoabilidade na avaliação da capacidade e qualidade administrativa; Abranger as interdependências, <i>trade off</i> de capitais e os impactos desse cenário sobre a geração de valor; Destacar as informações financeiras e outras informações pertinentes, informações qualitativas contextualizadas com as quantitativas; Coerência entre as informações do RI e outras informações gerenciais; Atender às características de estruturação lógica, de boa apresentação, linguagem sucinta, organização intertextual ordenada e de referências cruzadas.
<b>Relações com partes interessadas</b>	Visão da natureza e da qualidade das relações que a organização mantém com suas principais partes interessadas, tendo como referência a concepção de criação de valor. Incluindo como e até que ponto a organização entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades.	Destacar a importância das relações externas à organização; As partes interessadas fornecem visões úteis sobre temas significativos: temas econômicos, ambientais e sociais que afetam a geração de valor; Entender como as partes interessadas percebem valor; Identificar tendências com crescente relevância, riscos e oportunidades; Atentar para desenvolvimento e avaliação de estratégias; Respostas estratégicas, gerenciamento de riscos e prestação de contas dos temas materiais; Identificar responsabilidade da gestão legal ou ética (quando não houver regimentos ou leis).
<b>Materialidade</b>	O RI deve divulgar informações sobre assuntos relevantes intrínsecos a capacidade de uma organização gerar valor em curto, médio e longo prazo.	Levar em consideração fatores quantitativos e qualitativos, perspectivas financeiras, estratégias, governança, desempenho ou as perspectivas da organização; O conceito de limites do relato é essencial ao processo de determinação de materialidade: os limites usados para fins de relato financeiro e riscos, oportunidades e impactos atribuíveis ou associados.
<b>Concisão</b>	Um RI deve ser conciso. Incluir contexto suficiente para entender a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, sem se preocupar com informações menos relevantes.	Observar a aplicabilidade do processo de determinação de materialidade; Limitar a repetição, referências cruzadas internas; Poder se conectar a informações mais detalhadas, que não mudam com frequência; Poder se conectar a informações de fontes externas; Expressar os conceitos de maneira clara e com o menor número possível de palavras; Utilizar a linguagem simples, menos terminologias extremamente técnicas; Divulgação específica à organização, não padronizada.
<b>Confiabilidade e Completude</b>	A confiabilidade refere-se à isenção de erros significativos. A completude envolve considerar a extensão da informação divulgada e seu nível de especificidade ou exatidão;	O custo não pode ser um fator para não se obter informações críticas para avaliar e administrar o tema da maneira apropriada.

	Um RI equilibrado não é tendencioso ao selecionar ou apresentar informações apenas para garantir melhor receptividade.	Dar tratamento igual a aumentos e a decréscimos de capitais, a pontos fortes e a pontos fracos, e a desempenhos positivos e negativos; Comparações com metas, previsões, projeções e expectativas anteriores; Aplicar controles e processos para reduzir o risco de conter uma informação falsa; Explicar a natureza e as limitações do processo de estimativa.
<b>Coerência e Comparabilidade</b>	As informações do RI devem ser apresentadas em bases coerentes ao longo do tempo e de maneira a possibilitar comparações com outras organizações, na medida em que seja material para a capacidade da própria organização de gerar valor ao longo do tempo.	Práticas de relato são seguidas consistentemente de um período ao próximo e quando houver uma mudança significativa, a organização deve explicar a razão da mudança, descrevendo (e quantificando, se for viável e relevante) seu efeito; Abordar as questões relacionadas aos Elementos de Conteúdo, que se aplicam a todas as organizações; Apresentar informações como índices (p. ex. gastos com pesquisa como porcentagem de vendas, medidas de intensidade carbônica, tais como emissões por unidade de produção; Relatar indicadores quantitativos normalmente usados por outras organizações com atividades semelhantes.

Fonte: Estrutura Internacional para Relato Integrado (IIRC, 2013).

### 2.3.5 Estrutura Conceitual – Elementos de Conteúdo

A estrutura internacional do RI aborda 8 elementos de conteúdo e orienta que o relatório integrado deva responder às questões relacionadas com cada elemento. A informação em um RI deve ser apresentada de modo que mostre as conexões entre os elementos de conteúdo (IIRC, 2013). O Quadro 3 mostra como o *Framework* apresenta as perguntas para cada elemento:

Quadro 3 - Elemento de Conteúdo

<b>Elemento de Conteúdo</b>	<b>Questão?</b>
<b>Visão geral organizacional e ambiente externo</b>	“O que a organização faz e quais são as circunstâncias em que ela atua?”
<b>Governança</b>	“Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?”
<b>Modelo de negócios</b>	“Qual é o modelo de negócios da organização?”
<b>Riscos e oportunidades</b>	“Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade que a organização tem de gerar valor em curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles?”
<b>Estratégia e alocação de recursos</b>	“Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?”
<b>Desempenho</b>	“Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os impactos no tocante aos efeitos sobre os capitais?”
<b>Perspectiva</b>	“Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia e quais são as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro?”

<b>Base para preparação e apresentação</b>	“Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados?”
--	---

Fonte: Estrutura Internacional para Relato Integrado (IIRC, 2013).

Os elementos de conteúdo são denominados de categorias de informação em forma de perguntas e itens componentes elencados a cada elemento (subcategorias), e mesmo não havendo uma orientação obrigatória quanto a disposição no RI de todos os itens citados, assim como, a forma de divulgação, a presença no relato indica a possibilidade que a pergunta feita para cada elemento foi respondida (KUSSABA, 2015).

A estrutura internacional de RI estabelece os elementos de conteúdo para guiar a elaboração do relatório e auxiliar na exposição dos conceitos sobre a temática (ZALUTZKI NOVAKI et al., 2022). As informações relatadas e como são relatadas relacionam-se com a aplicação criteriosa dos princípios básicos sugeridos na estrutura internacional (IIRC, 2013).

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta caráter descritivo com abordagem qualitativa, pois objetiva descrever, a partir de relatórios anuais e outros documentos disponibilizados, os princípios básicos sugeridos na estrutura internacional de Relato Integrado, o *Framework*, pelo então IIRC, sem a utilização de dados estatísticos e quantificáveis.

As companhias multinacionais Vale S.A. e Suzano S.A., de capital aberto e reconhecimento global, foram escolhidas para esta pesquisa por apresentarem unidades operadoras no estado do Maranhão, pelos significativos impactos sociais e ambientais que seus processos produtivos trazem para seus entornos e, por divulgarem o Relato Integrado e o Relatório de Sustentabilidade respectivamente.

De acordo com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2023), no período entre 2010 e 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Maranhão foi de R\$ 124,980 bilhões, com impacto positivo do setor da Indústria em +9,5%, sendo o avanço da Indústria de Transformação +4,7% e da Indústria Extrativa +0,2%. A mineradora Vale S.A., em 2021, teve lucro líquido superior a R\$ 121 bilhões. A Suzano S.A., referência na fabricação de celulose de eucalipto, registrou resultado líquido de R\$ 8,6 bilhões.

No entanto, os resultados positivos e volumosos, e a relevância das instalações na região sudoeste do estado (Suzano) e a logística de exportação da produção de minério (Vale), por meio do escoamento pela Estrada de Ferro Carajás até o Terminal Marítimo Ponta da Madeira, não conversam com o último lugar alcançado pelo Maranhão no *ranking* do IDH nacional,

apresentado pelo IBGE (2023), ano de referência 2021. Esse contraste entre os números divulgados e os impactos relatados em estudos sobre essas multinacionais também favoreceram a escolha das divulgações dessas duas empresas.

Os relatórios utilizados para análise documental foram os referentes aos anos de 2021 e 2022. Sendo o de 2021, o segundo relatório divulgado pela Vale como Relato Integrado. Até 2019 a companhia apresentava o relatório de Sustentabilidade. A Suzano S.A. publica os relatórios intitulados de “Relatório Anual” e “Sustentabilidade”. Pelo interesse em apresentar as evidências mais recentes, optou-se pelo período do biênio 2021/2022.

O levantamento bibliográfico e documental ocorreu entre os meses de outubro, novembro e dezembro de 2023, por meio de consultas de estudos e pesquisas publicados em acervos virtuais, conhecimento da Estrutura Internacional de Relato Integrado proposta pelo IIRC e, dos relatórios anuais (RI, Anual ou de Sustentabilidade) de 2021 e 2022, disponibilizados nos sítios eletrônicos das duas empresas definidas.

Após levantamento bibliográfico para formar o referencial teórico, deu-se início às visitas aos sítios eletrônicos das duas companhias, para sondagem das divulgações disponibilizadas, sendo elas financeiras ou não financeiras, da disposição das informações e levantamento de dados sobre as empresas (história, produção, onde atua, propósitos) nas páginas dos respectivos webs sites. As informações que situam cada empresa foram utilizadas nas subseções 4.1.1 e 4.2.1 “Apresentação da empresa”, “Vale S.A” e “Suzano S.A.”, respectivamente.

Dando continuidade à metodologia, a leitura dos Relatos Integrados e os relatórios de Sustentabilidade selecionados, assim como, de outros documentos identificados como relevantes, a pesquisa foi iniciada, considerando as funcionalidades oferecidas pelas páginas e os *links* presentes para facilitar uma visão ampla do documento.

Como meio de possibilitar a pesquisa, escolheu-se elaborar uma lista de verificação (*checklist*), baseada na estrutura conceitual do Relato Integrado, composta pelos sete princípios básicos sugeridos no *Framework* e definições relacionadas, objetivando apontar as informações relatadas nos documentos, norteadas pela perspectiva principiológica do RI, ou ainda, a não observância conceitual proposta.

Foi utilizada a análise documental e de conteúdo, como técnica de pesquisa, aos relatórios selecionados, pela leitura atenciosa e sob orientação do *checklist* elaborado, para assinalar no texto divulgado as informações que correspondam ao que está proposto pelo IIRC, como base principiológica para elaboração do RI.

Após a sinalização de conformidade ou não, apresenta-se por meio de comparabilidade entre os relatórios do período escolhido (2021 e 2022) da mesma empresa, diferenças significativas em relação ao cumprimento dos princípios básicos da estrutura do relato integrado, e pôr fim a comparação entre os documentos das duas empresas pesquisadas, mediante conformidade com a proposta do IIRC.

As considerações finais encerram o trabalho, trazendo a opinião conclusiva e outras observações pertinentes, diretas ou indiretas, relacionadas ao tema, assim como, as limitações metodológicas. Optou-se pela escolha de “Considerações Finais” em lugar de “Conclusão” por se tratar de um trabalho de conclusão de curso com propostas de possibilidades de estudos futuros a partir de considerações sobre os resultados alcançados.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo tem como objetivo identificar aderência aos princípios básicos do *Framework* do RI nos Relatórios de Sustentabilidade e Relato Integrado, respectivamente divulgados pelas empresas Suzano S.A. e Vale S.A. Diante dos dados levantados são apresentados os resultados alcançados com a análise de conteúdo, posterior ao preenchimento do checklist montado para este estudo. A seção será dividida por empresa selecionada, mostrando os dados encontrados nas divulgações averiguadas em cada ano (2021 e 2022).

Em um primeiro momento será apresentada a empresa Vale S.A. e os princípios observados que norteiam o Relato Integrado da companhia, nos anos de 2021 e 2022, e se estão em conformidade com o exposto pela estrutura conceitual do RI. A segunda subseção está voltada para as informações levantadas sobre a Suzano S.A e novamente observados os princípios apresentados no *Framework* nos relatórios de Sustentabilidade, dos exercícios de 2021 e 2022.

### 4.1 Relato Integrado - Vale S.A.

#### 4.1.1 Apresentação da empresa

Em 1942 é criada a estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para exploração das minas de ferro no estado de Minas Gerais. Em 1997, o governo brasileiro vendeu a maior parte das ações, transferindo o controle da companhia para investidores estrangeiros e fundos de pensão. A partir de 2007, a CVRD passou a ser chamada de Vale S.A.

O principal negócio a faz uma das maiores produtoras de minério de ferro e de níquel do mundo. A matéria-prima essencial para a fabricação do aço é extraída da natureza e transformada por processos industriais até que atinja o padrão de minério de ferro para ser vendido às empresas siderúrgicas. De acordo com informações apresentadas pela própria Vale, o minério encontrado em Carajás – Pará tem 67% de teor de ferro e é considerado o melhor em qualidade do planeta. Quanto à atividade mineradora, a Vale opera no Brasil, China e Omã.

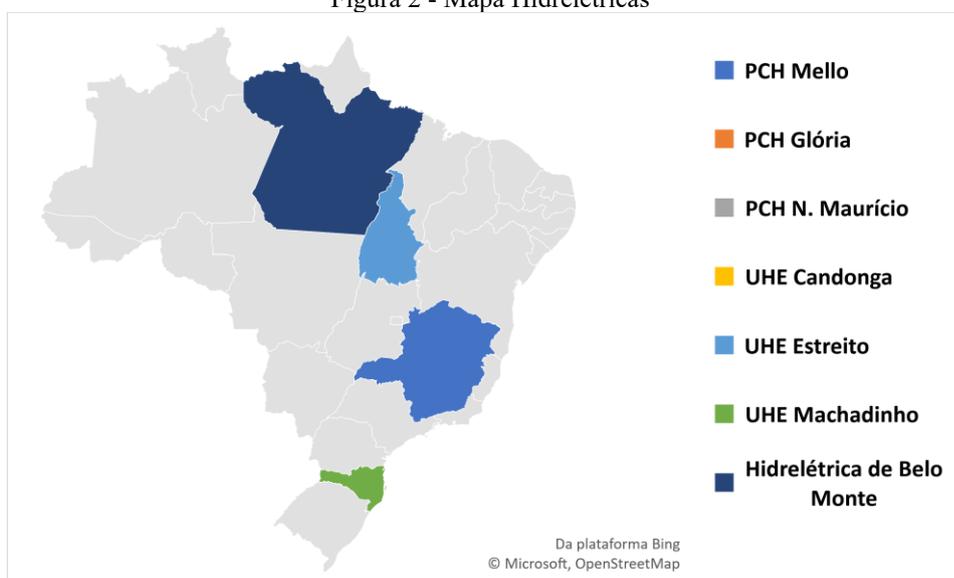
Além do minério de ferro, também lidera a produção de níquel, bem como, no processo de extração e transformação do níquel, cobalto, cobres e metais preciosos e tem atuação no Brasil, Canadá e Indonésia. O cobre, depois do ferro e do alumínio, é o metal mais utilizado do mundo e 66% do consumo anual de cobre é voltado para atividades elétricas, também é utilizado em equipamentos eletrônicos como televisão e celular e é reconhecido por suas características

relacionadas a alta capacidade de condução de eletricidade e resistência à corrosão. A Vale opera com esse produto no Brasil e Canadá.

Segundo dados levantados no site da empresa, a Vale justifica a sua atuação no segmento de energia pela contribuição em gerar valor para a sociedade. Informa que cerca de 54% da energia utilizada na sua produção é de geração própria. Para tanto os ativos, tem participações em consórcios de usinas hidrelétricas e em empresas de geração e comercialização de energia.

No Brasil, são três centrais hidrelétricas (PCHs) próprias, localizadas no estado de Minas Gerais (MG): PCH Mello, PCH Glória e PCH N. Maurício e participa em consórcios de três usinas em duas empresas de geração: UHE Candonga – MG (50% de participação), UHE Estreito – TO (30% de participação), UHE Machadinho – SC e RS (8,3% participação); as empresas de geração são (i) a Aliança Geração de Energia, uma das principais geradoras privadas no país, a Vale participa em sua estrutura societária em 55% e, (ii) a Aliança Norte Energia que possui 9% da Hidrelétrica de Belo Monte – PA que é a maior hidrelétrica 100% brasileira e a quarta maior do mundo. A Vale tem participação em 51% das ações da Aliança Norte Energia.

Figura 2 - Mapa Hidrelétricas



Fonte: VALE (ADAPTADO)

Em relação a logística, a Vale criou uma rede que integra minas, ferrovias, navios e portos, transportando os produtos da empresa, carga para terceiros e ainda, oferece duas linhas de trem de passageiros no Brasil. Faz parte de uma malha ferroviária de cerca de 2 mil quilômetros no país, distribuídos entre a Estrada de Ferro Vitória a Minas e a Estrada de Ferro Carajás. Quanto aos portos, estão ligados às malhas ferroviárias e são encontrados no Brasil, na Indonésia, na Malásia e em Omã e oferecem serviço de carga para terceiros. Possui ainda uma

frota de navios de grande porte para transporte de minério, seguindo critérios de agilidade, economia e sustentabilidade.

A Vale S.A publicou seu primeiro Relato Integrado para o exercício de 2020, um ano após os desastres sociais e ambientais acontecidos em Brumadinho – MG em decorrência do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, cuja elaboração se deu a partir da estrutura conceitual do IIRC, de documento público de prestação de contas da Vale para com a sociedade e seus principais *stakeholders* e em conformidade com as normas GRI. Ainda informa que os dados são referentes às operações conduzidas de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, cujos resultados financeiros consideram a Vale e suas controladas, e dados ambientais, sociais e de governança de temas, conforme matriz de materialidade da empresa (VALE S.A, 2020).

#### 4.1.2 Análise dos Relatos Integrados 2021 e 2022

Os documentos (RI de 2021 e 2022) iniciam-se com a declaração do Presidente do Conselho de Administração “Carta do *Chairman*” e do presidente da Vale, reconhecendo que a governança corporativa é uma das bases fundamentais para alavancar as mudanças necessárias para a Vale e os temas de maior impacto para a empresa e seus *stakeholders*. Sendo que apenas o RI 2022 traz no texto a declaração clara, do Conselho de Administração, que reconhece sua responsabilidade em garantir a integridade do relato anual. O RI de 2021 traz o propósito da corporação: “Ser uma empresa parceira no desenvolvimento de comunidades autônomas, engajada em temas relevantes para a humanidade e comprometida com a mineração sustentável”. Em 2022 a frase “Existimos para melhorar a vida e transformar o futuro. Juntos” conduz a apresentação do terceiro RI da empresa.

Nos dados levantados no Relato Integrado de 2021 observa-se que o mesmo seguiu as diretrizes do *International Integrated Reporting Framework | Value Reporting Foundation* e com base nas normas GRI. Contudo, no RI de 2022 reafirma, no processo de elaboração do documento, está pautado nas diretrizes da GRI e IIRC, sendo este agora consolidado sob o *International Sustainability Standards Board (ISSB)* e que segue “a estrutura de relatos integrados e aborda os assuntos materiais para oferecer uma visão equilibrada da estratégia e como ela se relaciona com a capacidade da empresa de criar e preservar valor a curto, médio e longo prazo” (VALE S.A., 2022, p. 7). Ambos passaram por verificação e aprovação do Comitê Executivo, do Comitê de Sustentabilidade e Conselho de Administração.

A análise das informações divulgadas nos Relatos Integrados da Vale S.A. possibilitou o preenchimento da lista de verificação, quanto a observância dos princípios básicos mencionados na estrutura conceitual do IIRC, conforme o Quadro 4:

Quadro 4 - Checklist: Identificação dos Princípios Básicos - Vale

<b>PRINCÍPIOS BÁSICOS DO RELATO INTEGRADO A SEREM OBSERVADOS</b>	<b>Relações Comunicadas</b>	<b>VALE 2021</b>	<b>VALE 2022</b>
<b>1. FOCO ESTRATÉGICO E ORIENTAÇÃO PARA O FUTURO</b>	Visão estratégica da empresa e criação de valor	IO	I
	Uso e impacto sobre capitais	IO	IO
	Riscos, oportunidades e dependências	I	I
	Interpretação da Governança sobre desempenho, interesses e experiências	IO	I
	Contribuição dos capitais no alcance do objetivo organizacional	IO	I
<b>2. CONECTIVIDADE DA INFORMAÇÃO</b>	Conexão entre passado, presente e futuro	IO	I
	Conexão entre capitais	IO	IO
	Conexão entre informações financeiras e não financeiras	I	I
	Conexão entre informações qualitativas e quantitativas	I	I
	Conexão entre informações gerenciais, do conselho e externas	I	I
<b>3. RELAÇÕES COM PARTES INTERESSADAS</b>	Visão de qualidade de manutenção e entendimento das principais partes interessadas	I	I
	Respostas às principais partes interessadas	I	I
<b>4. MATERIALIDADE</b>	Determinar a materialidade	I	I
	Identificar os temas relevantes	I	I
	Estabelecer limites	I	I
<b>5. CONCISÃO</b>	Contexto e equilíbrio	IO	I
	Linguagem simples	I	I
	Identificação de divulgações específicas	IO	IO
<b>6. CONFIABILIDADE E COMPLETEZ</b>	Averiguação por contato direto com as partes interessadas ou auditoria interna	I	I
	Informações materiais positivas e negativas	I	I
	Considerar o custo-benefício	I	I
	Vantagem competitiva	I	I
<b>7. COERÊNCIA E COMPARABILIDADE</b>	Informações orientadas para o futuro	IO	I
	Utilização de marcos referenciais	I	I
	Apresentação de índices	I	I
	Indicadores quantitativos reconhecidos por organizações de atividade semelhante	I	I
<b>LEGENDA</b>			
<b>I</b>	<b>Identificado</b>		
<b>IO</b>	<b>Identificado com observações</b>		
<b>NI</b>	<b>Não identificado</b>		

Fonte: Elaboração própria, baseada na Estrutura Internacional para Relato Integrado (IIRC, 2013).

Como evidenciado no quadro acima - *Checklist*: Identificação dos Princípios Básicos - Vale, todos os princípios sugeridos pela estrutura conceitual foram identificados, sendo possível

em alguns deles, a identificação, mas com algumas observações a serem feitas quanto ao que sugere o *Framework* para reconhecimento dos princípios básicos em um RI. Para identificação dos sete princípios, foram escolhidas algumas relações que auxiliam a elaboração do Relato Integrado, e nesse momento da pesquisa, a verificação do atendimento à estrutura conceitual.

A estrutura conceitual expõe que uma abordagem baseada em princípios possibilita encontrar um equilíbrio adequado entre flexibilidade e imposição. Os responsáveis pela elaboração do RI precisam de razoabilidade diante das informações específicas da organização, para determinar o que é fundamental relatar, possibilitando a conectividade de informações para comunicar como se gera valor ao longo do tempo (IIRC, 2013).

De acordo com a estrutura, o RI precisa relatar a estratégia da organização, dentro do processo de geração de valor com atenção para o futuro, ou seja, “deve oferecer uma visão da estratégia da organização e como ela se relaciona com a capacidade que a organização tem de gerar valor em curto, médio e longo prazo, bem como com seu uso e seus impactos sobre os capitais” (IIRC, 2013).

Quanto ao “Foco estratégico e orientação para o futuro”, no Relato Integrado de 2021, é apresentado um posicionamento acerca da estratégia da empresa para criação de valor, com esboço do modelo de negócios, baseado no processo de geração de valor proposto na estrutura conceitual do RI, mas não consegue reportar de maneira a relacionar a capacidade que a Vale tem de criar valor a curto, médio e longo prazo, assim como, a relação com a utilização dos capitais, seus impactos, mostrando a contribuição de cada um dos capitais para o alcance dos objetivos da organização. Embora os seis capitais sejam mencionados (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e natural), não há um equilíbrio no relato entre objetividade e detalhamento de como pretende desenvolver essa estratégia considerando o futuro e os intervalos de tempo.

Há uma preocupação em detalhar e integrar os dados financeiros ao que se têm feito, predominando o passado e o presente e, não como proposto pela estrutura conceitual que é demonstrar a capacidade que uma organização tem de gerar valor no curto, médio e longo prazos, enfatizando a combinação entre concisão e foco estratégico na orientação para o futuro, na conectividade da informação e nos capitais e suas interdependências (IIRC, 2013).

Rabelo e Silva, (2021) ao analisarem a aplicação da estrutura conceitual do Relato Integrado, em três mineradoras listadas na B3, entre elas a Vale S.A., no RI 2020, também expõe que há a demonstração da criação de valor, mas de forma resumida, não abrangendo exposição do valor a curto, médio e longo prazo de cada um dos capitais como sugere o IIRC.

Por outro lado, a governança corporativa, é reconhecida como fundamental para impulsionar as mudanças necessárias para a Vale, relatando que em 2020 houve a alteração para o modelo de *Corporation*, com capital disperso, sem controle definido, acarretando uma mudança estrutural (eleição de um Conselho de Administração e oito membros independentes) e no Estatuto Social da Vale e, que essa estrutura está mais alinhada às demandas e desafios atuais da Vale. Mas não é visto no decorrer do texto essa informação conectada à estratégia organizacional, com resultados, com as ações para alcançar esses resultados e os impactos sobre os capitais.

No Relato Integrado de 2022, em relação ao “Foco estratégico e orientação para o futuro”, apresenta a estratégia e mostra o processo de criação de valor, com alterações ao modelo mostrado no RI 2021. Observa-se mais interatividade em relação ao uso e impactos dos capitais, mas ainda não é claro e direto quanto à geração de valor a curto, médio e longo prazo.

A “inovação” é mostrada como um tema importante e se conecta de forma transversal a todos os outros, relatando de forma integrada os incentivos, parcerias, investimentos. Em 2022 foi elaborada a primeira estratégia corporativa de inovação para a empresa, abordando pilares de crescimento e transformação, estimulando a capacidade de potencializar impactos positivos, capturar oportunidades, evitar riscos e mitigar impactos negativos (VALE S.A., 2022) e esses pilares estratégicos perpassam por toda a leitura do documento.

Mas ainda é predominante os relatos passados e presentes, mesmo destacando maior esclarecimento na estratégia para longo prazo e como foi pensada para alcançar os objetivos. No RI 2022 é apresentada a estratégia para 20 anos (comemoração do centenário da Vale) e a divisão em objetivos a serem alcançados em intervalos de 5 anos, em sintonia com os negócios atuais e que permitem reformulação e ajuste ao longo do tempo. A Vale apresenta a integração entre o planejamento estratégico (reformulado), baseado nos pilares, objetivando promover a mineração sustentável, com soluções de baixo carbono e disciplina na alocação do capital, focando na maximização da entrega de valor para a sociedade e afirmando que houve redução significativa nos riscos e avanços na revisão de ativos da empresa entre 2019 e 2022.

Para Marques (2020), embora os processos de mineração não apresentem tanta evolução, há a necessidade acelerada de mudar, no que se refere à sustentabilidade do negócio, para continuar operando de forma sustentável e equilibrada, apoiado na tecnologia e inovação.

De acordo com a estrutura, um RI “deve mostrar uma imagem holística da combinação, da interrelação e das dependências entre os fatores que afetam a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo (IIRC, 2013, p. 16). Em relação ao princípio “Conectividade da informação”, no RI 2021 observa-se o reconhecimento quanto a proposta da estrutura

conceitual, mas a relação do processo de criação de valor e seus capitais utilizados e impactados não é feita de forma a proporcionar uma interpretação integrada. O documento escolheu por detalhá-los em capítulos independentes, sugerindo visitar outras páginas, disponibilizando *links* de endereçamento para informações mais detalhadas.

Os seis capitais mencionados pelo *Framework* do RI aparecem no modelo de negócio, mas são abordados separadamente, não oferecendo uma comunicação objetiva e clara quanto à sua importância na visão ampla do negócio, com o foco para o futuro, a curto, médio e longo prazo. Rabelo e Silva (2021), no estudo de aderência da estrutura conceitual do RI 2020 da Vale, enfatizam que os relatos predominantes de fatos passados e presentes, mesmo que relacionando as informações financeiras e não financeiras, caracterizam uma prestação de contas.

Os capitais apresentam números que ajudam a formar um cenário, mas não direcionam para as interações entre eles que podem gerar valor a curto, médio e longo prazo. A exemplo, o capital manufaturado está incluso no processo de geração de valor, representado pela estrutura logística da Vale (portos, ferrovias, estradas) e infraestrutura de produção (minas e usinas), mas no próprio capítulo desse capital não há informações acerca da geração de valor a curto, médio e longo prazo, principalmente quanto à estrutura logística, o destaque é dado para os resultados das vendas e produção do minério e para a estratégia em negócios *core*. Para o IIRC (2013), os capitais são “repositórios de valor”, podem aumentar, diminuir ou se transformar por aplicabilidade da estratégia e por produtos da organização.

No RI 2022, ainda é possível observar a ausência de conectividade entre os capitais, principalmente entre os capitais financeiro, manufaturado e intelectual. Todos os seis capitais estão no modelo de geração de valor, o qual sugere uma melhor adaptação aos propósitos da estrutura do RI, mas a leitura direciona para a importância dada aos capitais humano, capital social e de relacionamento e capital natural.

Os princípios de “Relação com partes interessadas” e “Materialidade” foram atendidos no RI 2021 e RI 2022 da mineradora Vale. No RI 2021 é apresentado processo em quatro fases, seguindo as diretrizes do *Framework* do RI e *GRI Reporting Framework*, para identificação dos tópicos prioritários que impactam, de maneira significativa, a criação de valor da organização em curto, médio e longo prazos e a priorização de temas relevantes pelos principais *stakeholders* da companhia. Observa-se ainda dez temas são identificados como materiais, apresentados indicadores, riscos e oportunidades e o interesse dos *stakeholders* em cada um deles. No RI 2022 é relatado que a matriz foi revisada, e abordagem alinhada em duas

perspectivas complementares (impacto e financeiro), mas os dez temas de 2021 foram mantidos.

Por orientação do IIRC (2013), os princípios da “Relação com partes interessadas” e “Materialidade” guiam para o entendimento que um RI deve fornecer como a organização entende, leva em conta e responde aos interesses e necessidades de suas principais partes interessadas para seu conteúdo ter informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo.

No RI 2021, como já mencionado no princípio de “Foco estratégico e orientação para o futuro” não há um equilíbrio entre a concisão e a abordagem de temas importantes. O documento contextualiza, utiliza linguagem simples e acessível, mas apresenta fragilidades quanto a especificação de outros documentos que possam conduzir e reforçar certas conectividades.

O RI apresenta sinalização de que a empresa aborda especificamente em outro documento, disponibiliza *links*, mas não os incorpora, de forma a atender totalmente o que é proposto pelo princípio da “Concisão” que sugere seguir uma estrutura lógica, incluindo referências cruzadas internas, conforme o caso, para limitar a repetição (IIRC, 2013, p. 21). Para Rabelo e Silva (2021), o RI deve ser conciso, abrangendo contexto, equilíbrio, entre os sete princípios básicos, com linguagem simples e utilizar divulgações específicas da organização.

Quanto a “Confiabilidade e completude”, no RI 2021 e no RI 2022 é reconhecido o que está proposto na estrutura quanto a este princípio. Observa-se, no RI 2021, novamente pouca atenção quanto às informações futuras, não descrevendo mecanismos utilizados para assegurar a confiabilidade dessa informação. Integra o RI 2021 e RI 2022 anúncio de asseguarção limitada dos auditores internos. Rabelo e Silva (2021), entendem que pelo princípio da “Confiabilidade”, os responsáveis pela governança devem garantir a autenticidade das informações por contato com as partes interessadas ou com auditoria interna, já a “Completude” se dá pela inclusão de informações negativas e positivas e orientadas para o futuro.

O IIRC (2013) expõe que o RI deve ser elaborado sob a coerência a permitir uma comparação com outras organizações, mantendo indicadores e quando não forem mais materiais, deve-se descrever a razão. Entende-se também que a “Coerência e Comparabilidade” estão em conformidade com o que é exposto pelo documento conceitual do Relato Integrado. Julgou-se os RI 2021 e RI 2022 em conformidade com o documento guia, os quais apresentam métricas e metas. Para Rabelo e Silva (2021), o uso de recursos métricos, como indicadores

quantitativos e índices utilizados por empresas de atividade semelhante propiciam um documento coerente e comparável.

#### 4.1.3 Comparação entre o RI 2021 e RI 2022

Como foi demonstrado separadamente por princípio e em RI de cada ano analisado e de acordo com o que foi visto na estrutura internacional para Relato Integrado, não se percebeu em nenhum dos relatórios a ausência de algum dos sete princípios orientadores. Mas ao comparar os dois Relatos (2021 e 2022), é possível observar uma melhor adaptação à estrutura no RI 2022. Com destaque para “Foco estratégico e orientação para o futuro”, “Conectividade da informação”, “Concisão” e “Confiabilidade e Completude”, como mostrado no quadro 5.

Tabela 1 - Adaptação à Estrutura Internacional para o RI

<b>PRINCÍPIOS BÁSICOS DO RI</b>	<b>Relações descritas no <i>Framework</i> "não identificadas" ou "identificadas com observações"</b>	<b>Vale 2021</b>	<b>Vale 2022</b>
1. FOCO ESTRATÉGICO E ORIENTAÇÃO PARA O FUTURO	Visão estratégica da empresa e criação de valor	Com observações	Sem observações
	Uso e impacto sobre capitais	Com observações	Com observações
	Interpretação da Governança sobre desempenho, interesses e experiências	Com observações	Sem observações
	Contribuição dos capitais no alcance do objetivo organizacional	Com observações	Sem observações
2. CONECTIVIDADE DA INFORMAÇÃO	Conexão entre passado, presente e futuro	Com observações	Sem observações
	Conexão entre capitais	Com observações	Com observações
	Conexão entre as informações do RI e outras comunicações da empresa	Com observações	Sem observações
5. CONCISÃO	Contexto e equilíbrio	Com observações	Sem observações
	Identificação de divulgações específicas	Com observações	Com observações
6. CONFIABILIDADE E COMPLETUDE	Informações orientadas para o futuro	Com observações	Sem observações

Fonte: Elaboração própria, baseada na Estrutura Internacional para Relato Integrado (IIRC, 2013).

O RI 2022 tende a objetividade e às propostas do RI, enquanto um documento que comunica a quem interessa, de maneira a propiciar um entendimento mais amplo do negócio. Ainda se observa dificuldades em relatar sua capacidade de geração de valor, pautada em elementos financeiros/econômicos, sustentáveis e responsáveis, voltado para curto, médio e longo prazo, priorizando informações passadas e presentes, mas é identificável a tentativa de aproximação com o que se espera em um Relato Integrado.

## 4.2 Relato de Sustentabilidade - Suzano S.A.

### 4.2.1 Apresentação da empresa

A criação da Suzano Papel e Celulose se dá em 1924 e por volta de 1941 inicia a operação da primeira fábrica de papel da empresa, na cidade de São Paulo. Em 1961 a Suzano é a primeira empresa a fabricar papel 100% de fibra de eucalipto e após quatorze anos inicia exportação para o mercado europeu. O papel “Report”, de padrão *cut-size*, é fabricado a partir de 1982 e em 1984 impulsiona a aplicação de biotecnologia, praticando cultivo *in vitro*. Entre os eventos históricos da empresa, em 2014 é inaugurada a Unidade de Imperatriz (MA), a qual se destaca por ser uma das maiores e mais modernas plantas de produção de celulose de fibra curta a nível mundial. Um outro momento de destaque é o da fusão da Fibria com a Suzano Papel e Celulose, quando passa a ser Suzano S.A. e se consolida como a maior produtora mundial de celulose.

Segundo as informações coletadas no *web site* da empresa, toda a cadeia produtiva é baseada na sustentabilidade e visa gerar valor para a sociedade. Inicia com o cultivo do eucalipto, posterior a fabricação de celulose, que segue para fábricas próprias de diferentes tipos de papel e bens de consumo para higiene e para outras empresas em todo o mundo, com a proposta de realizar uma logística mais sustentável, o transporte se faz por terra e água, por caminhões, portos, navios e ativos ferroviários. A Suzano tem instalações comerciais na América do Norte, na Europa e na Ásia. No Brasil, a Suzano S.A. tem instalações nas cinco regiões do país e no distrito federal.

Com o propósito de avançar rumo a um “futuro sustentável”, “futuro de infinitas biopossibilidades”, “futuro positivo”, a “inovabilidade” (inovação mais sustentabilidade), a Suzano investe em insumos renováveis para o seu negócio. Entre seus produtos: celulose de base renovável e sustentável, papel (portfólio com cinco linhas de produtos e mais de vinte marcas), higiene (produtos de higiene, limpeza e cuidados para a família), lignina (produtos ecológicos de adesivo para compensado de madeira, borracha de pneu e mangueiras industriais) e Eucafluff (aplicada em produtos absorventes de higiene).

A Suzano ainda não publica o relatório com nomenclatura “Relato Integrado”, o Relatório é nomeado em 2021 como “Anual 2021” e para o exercício de 01 de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2022, o “Relatório de Sustentabilidade 2022” e seus anexos: “Relatório de Sustentabilidade | Informações Complementares 2022”, “2022 – Base de Preparação”, “2022 – anexo GRI” foram divulgados na base de documentos sobre a atuação da Suzano, relacionada

a sustentabilidade, no sítio eletrônico da empresa. Os documentos divulgados afirmam sua preparação pautada nos padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI) e nos princípios do *International Integrated Reporting Council* (IIRC).

#### 4.2.2 Análise do Relatório Anual 2021 e Relatório de Sustentabilidade 2022

Os documentos (Relatório Anual 2021 e Relatório de Sustentabilidade 2022) iniciam-se com a declaração do Presidente do Conselho de Administração e do presidente da Suzano, colocando a contribuição da governança corporativa na ampliação da responsabilidade e apropriação da sustentabilidade e conduzindo a estratégia da empresa focada na mudança de mentalidade, também relatando os destaques financeiros, sociais e ambientais. O Relatório Anual 2021 introduz a estratégia de investimento pelas perspectivas da “inovabilidade” e reconhecimento de sua responsabilidade ambiental e social. Em 2022, o Relatório de Sustentabilidade nas apresentações cita que há outro relatório com título “Relatório de Sustentabilidade - Informações Complementares 2022”, o qual dá maior detalhamento sobre as informações comunicadas.

Nos dados levantados no Relatório Anual 2021 observa-se que o mesmo seguiu os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI) e referência os princípios do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) como norteadores de uma comunicação de geração de valor, com foco e concisão, equilibrada entre os aspectos positivos e negativos do relato. Ainda, os temas mais importantes para seus *stakeholders* são trabalhados em transversalidade, como os de interesse para os investidores. No Relatório Sustentabilidade de 2022 reafirma, no processo de elaboração do documento, está pautado nas diretrizes da GRI e que leva em consideração os princípios do IIRC.

A análise das informações divulgadas em Relatório Anual 2021 e Relatório de Sustentabilidade 2022 possibilitou o preenchimento da lista de verificação, quanto a observância dos princípios básicos mencionados na estrutura conceitual do IIRC, conforme o Quadro 5:

Quadro 5 - Checklist: Identificação dos Princípios Básicos - Suzano

<b>PRINCÍPIOS BÁSICOS DO RELATO INTEGRADO A SEREM OBSERVADOS</b>	<b>Relações Comunicadas</b>	<b>SUZANO 2021</b>	<b>SUZANO 2022</b>
<b>1. FOCO ESTRATÉGICO E ORIENTAÇÃO PARA O FUTURO</b>	Visão estratégica da empresa e criação de valor	I	I
	Uso e impacto sobre capitais	I	IO
	Riscos, oportunidades e dependências	I	IO

	Interpretação da Governança sobre desempenho, interesses e experiências	I	IO
	Contribuição dos capitais no alcance do objetivo organizacional	I	IO
<b>2. CONECTIVIDADE DA INFORMAÇÃO</b>	Conexão entre passado, presente e futuro	I	IO
	Conexão entre capitais	I	IO
	Conexão entre informações financeiras e não financeiras	I	I
	Conexão entre informações qualitativas e quantitativas	I	I
	Conexão entre informações gerenciais, do conselho e externas	I	I
	Conexão entre as informações do RI e outras comunicações da empresa	IO	I
<b>3. RELAÇÕES COM PARTES INTERESSADAS</b>	Visão de qualidade de manutenção e entendimento das principais partes interessadas	IO	I
	Respostas às principais partes interessadas	IO	I
<b>4. MATERIALIDADE</b>	Determinar a materialidade	I	I
	Identificar os temas relevantes	I	I
	Estabelecer limites	I	I
<b>5. CONCISÃO</b>	Contexto e equilíbrio	IO	NI
	Linguagem simples	I	I
	Identificação de divulgações específicas	IO	IO
<b>6. CONFIABILIDADE E COMPLETEZ</b>	Averiguação por contato direto com as partes interessadas ou auditoria interna	IO	I
	Informações materiais positivas e negativas	I	I
	Considerar o custo-benefício	I	I
	Vantagem competitiva	I	I
	Informações orientadas para o futuro	I	IO
<b>7. COERÊNCIA E COMPARABILIDADE</b>	Utilização de marcos referenciais	I	I
	Apresentação de índices	I	I
	Indicadores quantitativos reconhecidos por organizações de atividade semelhante	I	I

LEGENDA	
I	Identificado
IO	Identificado com observações
NI	Não identificado

Fonte: Elaboração própria, baseada na Estrutura Internacional para Relato Integrado (IIRC, 2013).

Como evidenciado no quadro acima - *Checklist*: Identificação dos Princípios Básicos - Suzano, os princípios sugeridos pela estrutura conceitual foram identificados, exceto o princípio “Concisão” no Relatório de Sustentabilidade 2022, e ainda em alguns dos pressupostos em conformidade, algumas observações foram feitas quanto ao que sugere o *Framework* para reconhecimento dos princípios básicos em um RI. Para identificação dos sete princípios, foram escolhidas algumas relações que auxiliam na verificação do atendimento à estrutura conceitual do RI.

O documento guia de elaboração de RI instrui que o relato precisa mencionar a estratégia da organização, dentro do processo de geração de valor, atenta ao futuro e a relação que mantém

com seus capitais, gerando valor a curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013). O Relatório Anual 2021 da Suzano, no decorrer do seu texto, apresenta um modelo de geração de valor viabilizado a partir do uso sustentável de recursos naturais. Cita a metodologia do Relato Integrado – IIRC – enquanto orientadora da sua demonstração do processo de geração de valor por meio do conjunto de recursos que possui, além de representar os impactos gerados a partir das interações entre o processo produtivo, os *stakeholders* e o próprio modelo de negócio ao longo dos anos. Dessa forma, julgou-se a conformidade ao princípio “Foco estratégico e orientação para o futuro”, pois o relatório menciona os acontecimentos do ano de 2021 e indica seu plano estratégico para curto (alcances para 2022), médio (os riscos e oportunidades para alcance dos objetivos) e a longo prazo (visão considerada de dez a quinze anos) contextualizado ao uso e impacto de seus capitais.

Em relação ao Relatório de Sustentabilidade 2022, o “Foco estratégico e orientação para o futuro” demonstra conformidade ao estabelecido pelo IIRC, mas identifica-se que a forma como apresentam os capitais, assim como, o uso e os impactos sobre eles, na aplicabilidade da estratégia, não mostram um detalhamento claro e objetivo a médio e longo prazo, tendo maior destaque para os acontecimentos durante o ano de 2022. O modelo de relatório do IIRC incentiva a conexão entre as informações de outros relatórios corporativos da empresa, os financeiros e não financeiros a fim de demonstrar a criação de valor da empresa ao longo do tempo (CASTRO; MIRANDA; RODRIGUES, 2019).

O princípio da “Conectividade da informação”, de acordo com a estrutura internacional para RI (2013), a elaboração deve atender ao propósito abrangente da interrelação e dependências do que é relevante para empresa gerar valor ao longo do tempo. Em relação a esse preceito observou-se que o Relatório Anual 2021 discorre sobre essas conexões, atendendo ao que trata o IIRC. A empresa apresenta seu infográfico de geração de valor, com os seis capitais citados pela estrutura conceitual, embora ao relacionar informações financeiras e não financeiras, apresenta os números, mas não menciona os relatórios financeiros da empresa. A exemplo dos títulos atrelados a metas de sustentabilidade (*green bonds*), que a empresa relata em 2021 ter alcançado 39% do total captado entre os anos de 2020 e 2021, mas não traz para possíveis confrontações outras divulgações da empresa.

No Relatório de Sustentabilidade 2022 se percebe a preocupação em destacar o que foi feito no período de abrangência do relatório, em relação a cada um dos capitais, impossibilitando visão ampla do negócio, não atendendo totalmente a maneira integrada do fluxo de capitais congruentes com a visão estratégica da empresa de geração de valor ao longo do tempo (CASTRO; MIRANDA; RODRIGUES, 2019).

O IIRC (2013) orienta que um relatório caracterizado como integrado deve considerar as necessidades de suas partes interessadas e respondê-las a partir de seu conteúdo selecionado estar de acordo com a capacidade que a empresa tem em gerar valor em curto, médio e longo prazo. A Suzano em 2021 atende por meio de seu Relatório Anual ao princípio da “Relação com partes interessadas” e ao da “Materialidade”. Mas acrescenta-se a análise que o documento não evidenciou de maneira objetiva como responde aos seus *stakeholders* quanto às suas principais necessidades. É compreensível que a empresa reconheça os seus diversos grupos de interesse, incluindo a sociedade, e a importância de práticas de transparência coerentes ao seu modelo de negócio ao longo do texto, inclusive justificando o foco dado a relevância da inovação e seus canais interativos de *feedback*, mas há fragilidade ao divulgar fatos condizentes da compreensão dessas partes, como expõe a estrutura conceitual (IIRC2013).

Quanto ao Relatório de Sustentabilidade 2022, os temas materiais foram destacados e em “Relatório de Sustentabilidade - Informações Complementares 2022” foi mais bem detalhado o engajamento com os *stakeholders*, apresentando gráfico em divisão de grupos e o processo de identificação da materialidade.

O princípio da “Concisão” foi observado parcialmente mediante orientações da estrutura conceitual no Relatório Anual 2021, pois embora contextualize e equilibre as informações, não possibilita identificação objetiva com outras divulgações da empresa, como o exemplo das informações financeiras. O IIRC expõe que o relatório deve incluir contextualização suficiente para entendimento da estratégia, da governança, do desempenho e das perspectivas da organização, seguindo uma estrutura lógica e de referências cruzadas internas (IIRC, 2013).

Em relação a sua divulgação de Sustentabilidade em 2022, o documento não está em conformidade com o pressuposto do RI. Apresenta contextualização, linguagem simples, mas a disposição das informações se deu de forma fragmentada em dois relatórios. O relatório de informações complementares apresenta capítulos repetidos da versão intitulada Relatório de Sustentabilidade 2022, não apenas acrescentando informações e, dificulta um entendimento amplo das evidenciações. Como bem entendido por Kassai et al (2023b), um relatório integrado se difere por ser conciso e objetivo, sem rodeios, mostrando os riscos e oportunidades incorporados ao processo de criação de valor em curto, médio e longo prazo.

Diante da conformidade ao pressuposto da “Confiabilidade e completude” o Relatório Anual 2021 entrega o que é recomendado pelo IIRC parcialmente, não relatando de maneira objetiva a averiguação com partes interessadas, embora haja declaração de verificação independente. A estrutura cita a importância quanto à abrangência dos temas materiais, positivos e negativos, em equilíbrio e isento de erros significativos, e que o contato com as

partes interessadas, auditoria interna e asseguração independente ajudam no alcance de uma elaboração confiável (IIRC, 2013).

Quanto ao Relatório de Sustentabilidade 2022, verificou-se mais engajamento com os *stakeholders* em relação a exposição anterior, mas as informações concentraram-se mais nos fatos passados e presentes. Como já citado, Rabelo e Silva (2021) entendem que a “Confiabilidade e completude” também se dá pela seleção de informações com orientação futura. O relatório de asseguração limitada é encontrado no Relatório de Sustentabilidade – Informações complementares 2022.

O IIRC (2013) expõe que o RI deve ser elaborado sob a coerência a permitir uma comparação com outras organizações, mantendo índices, marcos referenciais, indicadores quantitativos e quando não forem mais materiais, deve-se descrever a razão. Entende-se também que a “Coerência e Comparabilidade” estão em conformidade com o que é exposto pelo documento conceitual. O Relatório Anual 2021 e o Relatório de Sustentabilidade trazem informações coerentes e que possibilitam a comparabilidade, utilizando indicadores como de riscos e oportunidades climáticas e desempenho operacional. De acordo com Rabelo e Silva (2021), como indicadores quantitativos, índices e marcos referenciais podem contribuir para o atendimento do pressuposto da “Coerência e Comparabilidade”.

#### 4.2.3 Comparação entre o Relatório Anual 2021 e Relatório de Sustentabilidade 2022

A demonstração de conformidade aos princípios básicos foi realizada em cada relatório da empresa, de maneira individual. Como já relatado, o Relatório de Sustentabilidade 2022 não está de acordo com as recomendações do IIRC quanto a “Concisão”, enquanto no Relatório Anual de 2021 todos os sete princípios foram identificados, com observações para algum deles.

Ao comparar os dois relatórios, é possível observar que o Relatório Anual de 2021 apresenta seu conteúdo mais bem adaptado à estrutura conceitual do IIRC. Enquanto no Relatório de Sustentabilidade 2022, além de não ter características de “Concisão”, demonstra no relato fragilidades que não foram percebidas no Relatório Anual de 2021, como em “Foco estratégico e orientação para o futuro”, “Conectividade da informação” e “Concisão” e “Confiabilidade e Completude”, como mostrado na Tabela 2:

Tabela 2 - Adaptação à Estrutura Internacional para o RI

<b>PRINCÍPIOS BÁSICOS DO RI</b>	<b>Relações descritas no <i>Framework</i> "não identificadas" ou "identificadas com observações"</b>	<b>Relatório Anual 2021</b>	<b>Relatório de Sustentabilidade 2022</b>
1. FOCO ESTRATÉGICO E ORIENTAÇÃO PARA O FUTURO	Uso e impacto sobre capitais	Sem observações	Com observações
	Riscos, oportunidades e dependências	Sem observações	Com observações
	Interpretação da Governança sobre desempenho, interesses e experiências	Sem observações	Com observações
	Contribuição dos capitais no alcance do objetivo organizacional	Sem observações	Com observações
2. CONECTIVIDADE DA INFORMAÇÃO	Conexão entre passado, presente e futuro	Sem observações	Com observações
	Conexão entre capitais	Sem observações	Com observações
	Conexão entre as informações do RI e outras comunicações da empresa	Com observações	Sem observações
3. RELAÇÕES COM PARTES INTERESSADAS	Visão de qualidade de manutenção e entendimento das principais partes interessadas	Com observações	Sem observações
	Respostas às principais partes interessadas	Com observações	Sem observações
5. CONCISÃO	Contexto e equilíbrio	Com observações	Não identificado
	Identificação de divulgações específicas	Com observações	Com observações
6. CONFIABILIDADE E COMPLETEUDE	Averiguação por contato direto com as partes interessadas ou auditoria interna	Com observações	Sem observações
	Informações orientadas para o futuro	Sem observações	Com observações

Fonte: Elaboração própria, baseada na Estrutura Internacional para Relato Integrado (IIRC, 2013).

O Relatório Anual 2021 traz em seu conteúdo objetividade e bem mais conformidade às propostas do IIRC. Percebe-se uma comunicação mais assertiva em relação ao processo de criação de valor, uso dos capitais e os impactos ocasionados pela atividade estratégica da empresa, conectividade entre passado, presente e futuro, coerente ao modelo de negócio, a suas metas e objetivos, mas que não consegue interrelacionar com tanta clareza as necessidades de seus *stakeholders* e seus resultados financeiros e não financeiros com orientação para o futuro. Para Kassai et al., (2023b) a proposta do RI auxilia uma comunicação mais eficiente ente a empresa e seus *stakeholders*.

A comparação entre os dois relatórios sugestiona que o relatório mais recente esteja mais próximo em conformidade da estrutura do IIRC, mas a análise utilizando a lista de verificação mostra que o Relatório de Sustentabilidade 2022 mostrou menos aderência que o relatório que o antecede. Mesmo não se tratar de um Relatório intitulado de Relato Integrado, mas a empresa declara elaboração baseada nos preceitos do IIRC.

Os princípios observados no Relatório Anual de 2021, como “Foco estratégico e orientação futura” identificado sem observações mostrou-se muito pouco atendido, assim como a “Concisão” que não atendido, contrariando o que Kassai et al. opina, quando diz que o segundo RI é melhor que o primeiro, pois a empresa já tem uma cultura na empresa da integração mais madura.

#### 4.2.4 Comparação entre os Relatórios Vale S.A. e Suzano S.A.

De acordo com o checklist utilizado para análise de aderência quanto aos princípios para elaboração de RI, é possível identificar a empresa que se aproxima, em relação a orientação principiológica, da estrutura conceitual emitida pelo IIRC. A tabela 3 mostra quais relatórios/empresas apresentaram definições apresentadas pela estrutura com observações:

Tabela 3 - Adaptação à Estrutura Internacional para o RI

<b>PRINCÍPIOS BÁSICOS DO RELATO INTEGRADO</b>	<b>Relações descritas no <i>Framework</i> "não identificadas" ou "identificadas com observações"</b>	<b>Relatório Empresa/Ano</b>		
1. FOCO ESTRATÉGICO E ORIENTAÇÃO PARA O FUTURO	Visão estratégica da empresa e criação de valor	Vale 2021		
	Uso e impacto sobre capitais	Vale 2021	Vale 2022	Suzano 2022
	Riscos, oportunidades e dependências			Suzano 2022
	Interpretação da Governança sobre desempenho, interesses e experiências	Vale 2021		Suzano 2022
	Contribuição dos capitais no alcance do objetivo organizacional	Vale 2021		Suzano 2022
2. CONECTIVIDADE DA INFORMAÇÃO	Conexão entre passado, presente e futuro	Vale 2021		Suzano 2022
	Conexão entre capitais	Vale 2021	Vale 2022	Suzano 2022
	Conexão entre informações financeiras e não financeiras	Vale 2021		
	Conexão entre informações qualitativas e quantitativas			
	Conexão entre informações gerenciais, do conselho e externas			
3. RELAÇÕES COM PARTES INTERESSADAS	Conexão entre as informações do RI e outras comunicações da empresa			Suzano 2021
	Visão de qualidade de manutenção e entendimento das principais partes interessadas			Suzano 2021
4. MATERIALIDADE	Respostas às principais partes interessadas			Suzano 2021
	Determinar a materialidade			
5. CONCISÃO	Identificar os temas relevantes			
	Estabelecer limites			
	Contexto e equilíbrio	Vale 2021	Suzano 2021	Suzano 2022

	Linguagem simples				
	Identificação de divulgações específicas	<b>Vale 2021</b>	<b>Vale 2022</b>	<b>Suzano 2021</b>	<b>Suzano 2022</b>
	Averiguação por contato direto com as partes interessadas ou auditoria interna			<b>Suzano 2021</b>	
6. CONFIABILIDADE E COMPLETEUDE	Informações materiais positivas e negativas				
	Considerar o custo-benefício				
	Vantagem competitiva				
	Informações orientadas para o futuro	<b>Vale 2021</b>			<b>Suzano 2022</b>
7. COERÊNCIA E COMPARABILIDADE	Utilização de marcos referenciais				
	Apresentação de índices				
	Indicadores quantitativos reconhecidos por organizações de atividade semelhante				

Fonte: Elaboração própria, baseada na Estrutura Internacional para Relato Integrado (IIRC, 2013).

Em relação ao “Foco estratégico e orientação para o futuro” a empresa Suzano conseguiu em seu Relatório Anual de 2021 relatar, seu modelo de geração de valor a curto, médio e longo prazo e como sua estratégia interage com os capitais presentes e os resultados obtidos dessa interação. De maneira objetiva e interativa, destacou sua visão de negócio, comunicando de forma integrada seus temas materiais, e a notoriedade da sustentabilidade e inovação com vistas para o futuro. Esse princípio foi bem mais atendido neste relatório. Para Rabelo e Silva (2021) a criação de valor e a orientação para o futuro são pontos importantes no conteúdo elaborado de acordo com os princípios do IIRC.

Indo ao encontro de um ponto questionável feito em relação a menos dificuldade encontrada por uma empresa que já divulga Relatório de Sustentabilidade e passa a elaborar o RI, Kassai et al. (2023b) responde que nem sempre, pois podem existir dificuldades essencialmente opostas quando há volumosas informações, sendo difícil a sintetização sem afetar a materialidade. São muitos aspectos, concepções por um lado, e de outro o que realmente afeta o modelo de negócio. No caso do Relatório de Sustentabilidade 2022 da Suzano S.A. mesmo não sendo o primeiro relatório da empresa nesses moldes, mas é perceptível que a mesma não conseguiu desenvolver seu relato de forma a atender os requisitos do IIRC.

## 5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi identificar aderência aos princípios básicos do *Framework* para RI, nos Relatórios de Sustentabilidade e Relato Integrado, respectivamente divulgados pelas empresas Suzano S.A. e Vale S.A. E para alcançar este objetivo, foi elaborada uma lista de verificação – *checklist* – para auxiliar na identificação do conteúdo baseado nos princípios básicos da estrutura internacional para Relato Integrado. Após a identificação de conformidade, verificou-se que as empresas de capital aberto, com reconhecimento mundial, responsáveis por impactos ambientais e sociais, apresentam em suas divulgações (Relatório Anual, Relatório de Sustentabilidade e Relato Integrado) fragilidades quanto ao atendimento dos princípios básicos da estrutura internacional para RI.

O IIRC ao organizar as diretrizes para a elaboração de um Relato Integrado, o *Framework*, propõe, por um embasamento principiológico, mitigar questões relacionadas às discussões a respeito de integrar informações, nos relatórios corporativos, exigidas atualmente, que extrapolam as financeiras.

Os relatórios selecionados para análise demonstraram de forma geral, aderência aos princípios. Mesmo quando a verificação constatou que as empresas demarcam seus conteúdos de acordo com a proposta estrutural, observou-se, que as mesmas não conseguem desenvolver o relato de maneira integrada, ou de acordo com o pensamento integrado. Os princípios que mais foram identificados com observações foram “Foco estratégico e orientação para o futuro”, “Conectividade da informação” e “Concisão”, este último foi o único não atendido, no Relatório de Sustentabilidade 2022.

Os relatórios até mostraram o modelo de negócio da empresa, mas não conseguiram de forma objetiva transpor no desenvolvimento do documento a interação da estratégia de negócio, com os capitais que a empresa detém. Não foram eficientes em explicar, conectando as informações relevantes quanto ao processo de geração de valor a curto, médio e longo prazo. Os relatórios fortemente destacaram seus principais eventos passados e presentes, como uma prestação de contas do que as empresas precisam fazer diante de sua responsabilidade social corporativa reconhecida.

A pesquisa limitou-se a aderência dos princípios do IIRC e as informações divulgadas pelas empresas em seus sites eletrônicos. Não foi analisado a qualidade das informações quanto à sua responsabilidade social, ou se as ações definidas e comunicadas são eficientes dentro do que se põe em discussão sobre responsabilidade social e ambiental e sustentabilidade.

Embora, não seja o foco desse estudo, mas a leitura dos relatórios delimitados, sinaliza hipóteses que podem ser verificadas em possíveis estudos futuros. Assim, podemos observar que os relatórios que tratam de temas relacionados às questões sociais e ambientais são também ferramentas estratégicas para realçar a solidez dos negócios e o comprometimento às questões sustentáveis.

Dessa forma, questiona-se quanto ao destaque que as empresas dão em seus documentos do que estão fazendo em relação às ações definidas como importantes para o negócio e seus *stakeholders*. Como relatado nos resultados, as empresas focam no presente. A exemplo do RI da Vale 2021 e do Relatório de Sustentabilidade Suzano 2022.

Nos relatórios Vale e Suzano são identificados eventos que possibilitaram imagem negativa das mesmas, como o caso do rompimento das barragens de resíduos de ferro da Vale em Mariana e Brumadinho, municípios de Minas Gerais e, impactos ambientais e sociais devido às plantações de eucalipto pela Suzano. As observações feitas quanto ao relato pouco detalhado com perspectivas futuras, e bem detalhadas quanto ao passado e presente, vão ao encontro da opinião que as empresas agregam valor aos seus negócios, como estratégia de *marketing*.

Ainda nessa perspectiva de prestar respostas à sociedade, também é observada durante a leitura dos documentos, que dados sobre eventos, incentivos e investimentos nessa temática social e ambiental, em relação às operações mantidas no estado do Maranhão, são pouco detalhadas.

A Vale S.A menciona em páginas de seu *website*, que a rede de transporte que interliga suas unidades produtivas aos portos para a distribuição de seus produtos é estratégica e cita o projeto “Trilhos da Alfabetização” em parceria com o governo do estado do Maranhão, a Fundação Getúlio Vargas e as prefeituras dos 24 municípios ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), com intuito de alfabetizar crianças do ensino fundamental. Outros projetos ligados a cultura e ações beneficentes também são mencionados. Mas sem muitos detalhes sobre os impactos ao entorno da ferrovia.

A Suzano S.A. também relata seus projetos sociais frente às desigualdades socioeconômicas encontradas nos municípios que tem unidades produtoras, como é o caso do Maranhão. Seus projetos também são voltados para a renda e educação. Mas não há muitos detalhes em relação aos impactos que sua unidade em Imperatriz traz para a comunidade.

Por outro lado, o lado organizacional, as fragilidades encontradas quanto a um atendimento mais eficiente dos princípios teriam respostas na ausência de aplicabilidade entre os departamentos da empresa, quanto ao pensamento integrado? A estrutura conceitual orienta

que o pensamento integrado precisa estar arreigado ao negócio para atender aos interesses dos *stakeholders*.

É importante ressaltar que embora o RI tenha o intuito de integrar informações financeiras com as não financeiras, a contribuição dos profissionais da contabilidade, assim como, a academia, é significativa para discussão teórica e aplicabilidade na elaboração do RI. As informações financeiras são importantes para confrontação e confiabilidade do que está sendo tratado como material.

## REFERÊNCIAS

- ACQUIER, A.; AGGERI, F. **Une généalogie de la pensée managériale sur la RSE.** *Revue Française de Gestion*, v. 41, n. 253, p. 387–413, 18 nov. 2015.
- AGOSTINI, C.; CARVALLO, J. T. DE. **A evolução da contabilidade: seus avanços no brasil e a harmonização com as normas internacionais.** **Universidade Presidente Antonio Carlos, Minas Gerais**, 2011.
- ALBUQUERQUE, M. C. C. A. DE; LIMA, M. A. DE; RODRIGUES, R. C. **O Relato Integrado nos Anais da USP *International Conference in Accounting*.** *Revista de Administração, Regionalidade e Contabilidade*, v. 1, n. 1, p. 65–77, 19 set. 2022.
- ALBUQUERQUE FILHO, A. R. et al. **Influência da Internacionalização e da Governança Corporativa na Responsabilidade Social Corporativa.** *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, v. 18, n. 3, p. 397–419, 25 jul. 2019.
- ALMEIDA, M. A.; SANTOS, J. F. DOS. **Disclosure voluntário de responsabilidade social corporativa das empresas listadas na bm&fbovespa.** *Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA - São Paulo*, v. 8, n. 3, p. 69–88, 2014.
- BALDISSERA, R.; MOURÃO, I. **Comunicação Organizacional para a sustentabilidade: os Relatórios de Sustentabilidade GRI.** **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro. Anais**, p. 1–15, jul. 2015.
- BOWEN, H. R. *Social Responsibilities of the Businessman Harper & Row. New York*, 1953.
- CARVALHO, N.; KASSAI, R. **Relato Integrado A Nova Revolução Contábil.** *Revista\_FIPECAFI*, v. 1, 2014.
- CASTRO, M. N.; MIRANDA, L. C.; RODRIGUES, R. **Relato integrado: um estudo sobre a aderência das empresas brasileiras de alto impacto ambiental acerca dos indicadores-chave de capital natural.** **Anais do XVI Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA**, 2019.
- CEPÊDA, C.; MONTEIRO, A. **A percepção dos contabilistas sobre a utilidade da informação financeira na tomada de decisão - Um estudo em Portugal.** *Review of Business Management*, v. 22, n. 2, p. 363–380, 1 abr. 2020.
- CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. RESOLUÇÃO CVM Nº 193. DOU de 23.10.2023BRASIL, 20 out. 2023. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol193.html>>. Acesso em 10 dez2023.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição eletrônica. ed. 1987.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados**. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, p. 667–681, jul. 2017.

FREEMAN, R. E. et al. **Stakeholder Theory: The State of the Art**. **Cambridge University Press. Cambridge, U.K.**, 2010.

FREEMAN, R. E.; MCVEA, J. **A Stakeholder Approach to Strategic Management**. **Darden Business School Working Paper. SSRN Electronic Journal**, v. 1, n. 2, p. 183–201, 2001.

FREIRE, F. DE S.; FREITAS, B. F. G. DE. **Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade**. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, volume 12, nº 1, abr. 2017.

IBGE. CIDADES E ESTADOS DO BRASIL. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC. **Produto interno bruto do estado do maranhão - Período 2010 a 2021**. Disponível em: <<https://imesc.ma.gov.br/portal/Post/show/pib-estadual>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

Integrated Reporting. Now part of IFRS Foundation. Disponível em: <<https://www.integratedreporting.org/news/integrated-thinking-reporting-conference-five-key-takeaways/>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. **A estrutura internacional para relato integrado**. 2013. Disponível em: <[www.theiirc.org/](http://www.theiirc.org/)>. Acesso em: 19 nov. 2023

IUDÍCIBUS, S. DE et al. **Influência da teoria da contabilidade no objetivo do relatório financeiro de finalidade geral**. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 19, n. 50, p. 107–121, 27 jan. 2022.

KASSAI, J. R. et al. **Relato Integrado e a sua trajetória no Brasil**. **Série Desenvolvimento Sustentável - ESG**, 2023a.

KASSAI, J. R. et al. **O que é um relato integrado na prática?** **Série Desenvolvimento Sustentável - ESG**, 2023b.

KRAEMER, M. E. P. **Responsabilidade social corporativa: uma contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável**. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 4, n. 1, p. 1–50, 15 maio 2005.

- KUSSABA, C. T. **Análise dos Elementos de Conteúdo do Relato Integrado: Itaú Unibanco e Natura - 2013 e 2014**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- LOBATO, J. A. M.; NEIVA, R. C. S. **Organizações, discursos e práticas em sustentabilidade**: um estudo da comunicação ESG em relatórios corporativos. **Organicom**, v. 19, n. 39, p. 71–86, 23 nov. 2022.
- MACIAS, H. A.; FICCO, C. R. **¿Inició la era de reportes de sostenibilidad obligatorios?** Transición desde lineamientos GRI hacia estándares de ISSB. **Revista Activos**, v. 20, n. 2, 14 jun. 2023.
- MARIA, S. C.; D'ANGELO, M. J.; BORGERTH, V. M. DA C. **Lacunas de engajamento e utilização do Relato Integrado no Brasil**. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 33, n. 88, p. 63–80, abr. 2022.
- MARQUES, M. **Inovação no Setor de Mineração e suas Implicações para o Desenvolvimento Sustentável**. 2020. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - FEUP, jul. 2020.
- MILANI FILHO, M. A. F. **Responsabilidade social e investimento social privado**: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 47, p. 89–101, ago. 2008.
- MIO, C. **Relatórios integrados**: o estado da arte dos Relatórios Corporativos. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 31, n. 83, p. 207–211, 1 abr. 2020.
- NASCIMENTO, M. C. et al. **Relato Integrado**: Uma Análise do Nível de Aderência das Empresas do Novo Mercado aos Indicadores-Chave (KPIs) dos Capitais Não Financeiros. **XV Congresso USP Controladoria e Contabilidade - Contabilidade e Controladoria no século XXI**, jul. 2015.
- PELEIAS, I. R. et al. **Evolução do ensino da contabilidade no Brasil**: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. spe, p. 19–32, jun. 2007.
- RABELO, M. DE S.; SILVA, A. C. **Relato Integrado**: Estrutura Conceitual e Relevância nas Empresas de Mineração. **Pensar Contábil, Rio de Janeiro**, v. 23, n. 82, p. 3–9, set. 2021.
- ROBERTO MANTOVANI, F. et al. **Relato integrado**: uma análise da evidenciação dos capitais de uma empresa brasileira de grande porte. n. 1, p. 30–45, 2017.
- RODRIGUES, M. G.; COSTA, F. J. P. DA. **Qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa**. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 4, n. 1, p. 144–154, 14 ago. 2013.

SUZANO S.A. Relatório Anual 2021 Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/a-suzano/documentos/>> Acesso em: 14 dez. 2023.

SUZANO S.A. Suzano S.A. Relatório de Sustentabilidade 2022 Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/a-suzano/documentos/>> Acesso em: 14 dez. 2023.

SUZANO S.A. Relatório de Sustentabilidade | Informações Complementares 2022. Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/a-suzano/documentos/>> Acesso em: 14 dez. 2023.

SUZANO S.A. Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/>> Acesso em: 14 dez. 2023.

SUZANO S.A. Relatório de Sustentabilidade 2022 Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/a-suzano/documentos/>> Acesso em: 14 dez. 2023.

SLEWINSKI, E.; CAMACHO, R. R.; SANCHES, S. L. R. **Análise Bibliométrica e Paradigmática da Produção Científica sobre Relato Integrado nos Periódicos Internacionais de Contabilidade. XV Congresso USP Controladoria e Contabilidade - Contabilidade e Controladoria no século XXI**, 2015.

VALE S.A. Disponível em: <https://vale.com/pt/>> Acesso em: 14 dez. 2023.

VALE S.A. Relato Integrado 2021. Disponível em: <<https://vale.com/pt/esg/biblioteca-de-documentos/>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

VALE S.A. Relato Integrado 2022. Disponível em: <<https://vale.com/pt/esg/biblioteca-de-documentos/>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

WÜNSCH, M. S.; MOROSINI, F. C. **Acordos de investimento e a difusão das ideias de responsabilidade social corporativa: apontamentos críticos a partir do modelo brasileiro. Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 29, p. 163–179, 4 ago. 2021.

ZALUTZKI NOVAKI, D. et al. **O que é divulgado no relato integrado? uma análise das instituições financeiras listadas na Brasil Bolsa Balcão [B]<sup>3</sup>. Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 21, p. e3284, 29 set. 2022.